



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
CONSELHO GESTOR DO PISF**

Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 9º Andar, Sala 912  
Brasília/DF - CEP: 70.067-901 - Tel. (61) 2034-5539  
E-mail: [cgaoh@integracao.gov.br](mailto:cgaoh@integracao.gov.br)

**9ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do PISF**

Brasília  
18 de julho de 2018  
(*Transcrição ipsis verbis*)

- 1 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Vamos começar a apresentação  
2 formal, Antônio Luitgards, eu sou do DPE e coordenador do comitê de gestão  
3 do PISF.
- 4 **A Sr.ª JULIANA SILVEIRA (MI):** Juliana Silveira, sou assessora do DPE.
- 5 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** Boa tarde a todos, David Meister, Casa Civil.
- 6 **O SR. ZAQUEU RIBEIRO (CC/PR):** Zaqueu Ribeiro, Casa Civil.
- 7 **A Sr.ª CRISTIANE BATTISTON (MP):** Cristiane Battiston, Ministério do  
8 Planejamento.
- 9 **O SR. MARCEL OLIVI (MP):** Sou Marcel Olivi, Ministério do Planejamento.
- 10 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Francisco Teixeira,  
11 Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará.
- 12 **O SR. MARCO AURÉLIO DINIZ (CODEVASF):** Marco Aurélio, diretor de  
13 infraestrutura CODEVASF.
- 14 **O SR. ELTON CRUZ SILVA (CODEVASF):** Elton Cruz, CODEVASF.
- 15 **O SR. OSCAR CORDEIRO NETTO (ANA):** Oscar Cordeiro Netto, diretor da  
16 área de regulação da ANA
- 17 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Boa tarde, sou Patrick Thomas,  
18 superintendente adjunto da área de regulação da ANA.
- 19 **O SR. RENATO DALLA LANA (MME):** Boa tarde, Renato Dalla Lana,  
20 Ministério Minas e Energia.
- 21 **O SR. MARCIO NAHAS RIBEIRO (MF):** Boa tarde, Márcio Nahas, Ministério  
22 da Fazenda.
- 23 **O SR. JOÃO ALBERTO TRAVASSOS EVANGELISTA (MF):** Boa tarde, João  
24 Alberto, Ministério da Fazenda.
- 25 **O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (PB):** Boa tarde a todos, João  
26 Fernandes da Silva da agência estadual de águas da Paraíba.
- 27 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA (PB):** Boa tarde, Deusdete Queiroga, Paraíba.
- 28 **O SR. VALMIR PEDROSA (PB):** Valmir Pedrosa, comitê Rio São Francisco.
- 29 **A Sr.ª ADRIANA LUSTOSA (MMA):** Adriana Lustosa, Ministério do Meio  
30 Ambiente.
- 31 **O SR. CLAUDIR COSTA (MI):** Claudir, coordenação de engenharia estudos do  
32 Ministério da Integração Nacional.
- 33 **A Sr.ª MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Mariana  
34 Andrade, coordenação de gestão do PISF.
- 35 **O SR. JIMMU DE AZEVEDO IKEDA (MI):** Jimmu Ikeda, Ministério da  
36 Integração Nacional.
- 37 **O SR. RODRIGO FLECHA (ANA):** Rodrigo, Agência Nacional de Águas.
-

38 **O SR. ELANO JOCA (COGERH):** Elano, gestão de recursos hídricos do  
39 Ceará.

40 **O SR. ANDRÉ RODRIGUES (CGU):** André, CGU.

41 **O SR. DANIELSON ARAÚJO (CODEVASF):** Danielson Araújo, CODEVASF.

42 **O SR. CARLOS HENRIQUE DA SILVA MARQUES (CODEVASF):** Carlos  
43 Henrique, CODEVASF.

44 **O SR. CARLOS MOTTA NUNES (ANA):** Carlos Motta, ANA.

45 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Pernambuco chegando agora?  
46 Pessoal do BNDES que está aí, gostaríamos que se apresentassem.

47 **O SR. MÁRCIO (BNDES):** Aqui é a equipe que vai fazer a contratação dos  
48 consultores para a concessão do PISF, Márcio, Igor e Milber.

49 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Boa tarde a todos, está iniciada a  
50 9ª sessão Ordinária do Conselho de Gestor do PISF. Todos receberam a Ata  
51 da 8ª reunião Ordinária do PISF, alguma sugestão de alteração? Alguma  
52 recomendação de alteração? Alguma modificação? Como não houve  
53 pronunciamento considera-se aprovada a Ata da 8ª reunião Ordinária do  
54 CGPISF. Eu vou começar falando e depois a parte de informática resolve como  
55 vai ficar a apresentação. Nós temos agora alguns informes, é a situação do  
56 andamento das obras, como já é do conhecimento de todos em 30 de 04, em  
57 trinta de abril de 2018, nós rescindimos o antigo contrato com a EMSA-SITON  
58 e no dia 03 de 05 contratamos a quarta colocada, que seria na ordem de  
59 sequência, a próxima a ser colocada para assinatura é a empresa do consórcio  
60 Ferreira Guedes-Construcap, desculpa, Toniollo Busnelo. Essa contratação,  
61 esse chamamento, se deu com base no inciso 24, alínea 11, da 8.666, que é  
62 quando a obra não é conclusa pode-se chamar o remanescente, o próximo  
63 remanescente para concluir nas mesmas condições do primeiro que perdeu a  
64 licitação, que foi desclassificado. A obra entrou em um ritmo adequado, a  
65 Ferreira Guedes, nós já conseguimos essa proeza de assinatura de um  
66 contrato em apenas quatro dias, porque nós já estávamos em contato com a  
67 Ferreira Guedes e com a próxima colocada que seria a S.A Paulista, já  
68 estávamos negociando com eles o interesse em participar, e houve  
69 rapidamente uma adesão ao contrato que foi rescindido pelo consórcio EMSA-  
70 SITON. A empresa rapidamente mobilizou-se, contratando a grande maioria  
71 dos funcionários da empresa que saiu, diminuindo assim a tensão social e o  
72 que permitiu uma retomada rápida das obras. Tivemos um pequeno percalço  
73 de um grupo de servidores que não foram contratados que invadiram os  
74 canteiros e que atrasou a obra mais uma semana ainda mas foi resolvido isso  
75 na Justiça, aliás ontem tornaram a tentar invadir o Castelinho, que é nossa  
76 sede principal, mas nós conseguimos que a Polícia Militar de Pernambuco  
77 fizesse a retomada, a reintegração de posse.

78 A Ferreira Guedes, como foi convocada a verifica se se interessava pela obra  
79 ainda em novembro, ela teve esse período de novembro até o início de maio  
80 estudando o projeto, então quando ela entrou ela já sabia exatamente os  
81 pontos chaves, já tinha o cronograma de onde ela devia atacar e rapidamente

82 ela atacou os principais pontos. Hoje nós já podemos afirmar que a EBI - 3 já  
83 está operando com uma bomba, está em testes, devendo entrar em operação  
84 normal, em ritmo normal, acho que na semana que vem, o túnel já foi vazado,  
85 ele não está em condições da água passar ainda porque precisa fazer  
86 enfilamento, concreto projetado e as outras proteções que se precisa concluir.  
87 Tem todos os outros trechos que, se vocês olharem ali no perfil, estão sendo  
88 atacados, você vê que as "EBs"... tem quatro pontes sobre o canal e já estão  
89 sendo atacados, nós temos a ponte sobre a BR 316 já totalmente pronta em  
90 fase de asfaltamento, eu acredito que até essa sexta-feira ela será asfaltada e  
91 aí a gente pode arrancar o desvio da BR e voltar a passar pela ponte  
92 permitindo essa construção desses 100 metros de canal que ficam  
93 interrompidos enquanto o trânsito dos veículos estavam passando sobre o  
94 desvio. O Eixo Norte a gente espera que em outubro a água entre na fronteira  
95 do Ceará, atravessando então o túnel Milagres, a previsão mesmo é meados  
96 de outubro, por volta de 15 de outubro, o tempo que a gente espera para o  
97 enchimento de Jati é dois meses, o prazo para a água chegar em Morros e Boa  
98 Vista, que são os últimos reservatórios, que vão atender parte do Rio Grande  
99 do Norte e Paraíba, vai depender da quantidade de água que a gente  
100 disponibilizar para o Ceará, pelo CAC, e da quantidade de água que existe hoje  
101 nesses reservatórios. Muitos deles estão com o nível bastante alto, próximo ao  
102 nível máximo operacional. Para acelerar o enchimento disso nós estamos  
103 fazendo o reforço na subestação N3, e esse reforço vai permitir a operação  
104 com duas bombas, hoje nós só estamos podendo operar essa subestação com  
105 uma bomba e assim que essa licitação se concluir e for entregue o  
106 equipamento nós poderemos partir a operação com duas bombas.

107 O Eixo Norte tem ainda o Canal Caiçara Ávidos, que vai atender uma região  
108 grande da Paraíba, Oeste da Paraíba, e também o Rio Grande do Norte, e  
109 esse pedido de alteração de projeto, porque o projeto original se dava através  
110 de um aqueduto muito alto e muito longo, de 700 metros e mais de 100 metros  
111 de altura, então foi substituído por um canal descendo o morro em rápidos e  
112 em outras estruturas e o Ibama está analisando essa alteração. No ano  
113 passado a gente tinha apresentado o projeto completo para eles, para fazer a  
114 primeira etapa que é quanto estamos bombeando só 26 m<sup>3</sup> e eles disseram  
115 que o projeto completo é para 56 m<sup>3</sup>, então tivemos que adequar o projeto para  
116 a vazão 56 m<sup>3</sup>, já apresentamos ao Ibama e estamos esperando que eles  
117 façam essa análise. O Ramal do Apodi está com o projeto executivo pronto,  
118 está solicitando ao Ibama a licença de implantação, apresentando o projeto que  
119 está pronto, deve iniciar as desapropriações, hoje em dia nós temos cinco  
120 milhões de reais disponíveis para desapropriação sendo que a estimativa é de  
121 30 milhões de reais para fazer todas as desapropriações. Esperamos que as  
122 bancadas do Ceará e Rio Grande do Norte que são as beneficiadas com esse  
123 Ramal possam remanejar recursos para o restante dessas desapropriações,  
124 que são 25 milhões de reais. A SIH autorizou no dia 13, agora, sexta-feira, o  
125 início da fase interna de licitação, então estamos preparando edital, termo de  
126 referência, orçamento e todos esses detalhes para que no ano de 2019, se  
127 houver aporte de recursos no orçamento geral da União em 2019, nós  
128 possamos iniciar a fase externa da licitação.

129 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA (PB):** E se sair a LI dentro do prazo, já que a  
130 outra em 2 anos não saiu...

131 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** As situações são diferentes, essa  
132 já estava previsto desde o início deste projeto todo, o outro houve alteração de  
133 projeto.

134 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** Mas a expectativa é pedir ao IBAMA já esse  
135 ano?

136 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Já vai pedir esse ano, para o  
137 Ramal Apodi já estamos pedindo porque tem uma demora, nós temos que  
138 contratar alguns programas ambientais, quando a gente pedir a LI, o Ibama vai  
139 fazer um termo de referência dos estudos que eles querem, então vai dizer que  
140 a gente tem que estudar quilombola, índios, vão definir uma série de coisas e  
141 vamos ter que contratar os programas ambientais.

142 O Eixo Leste, em abril de 2018, nós interrompemos a operação, nessa época  
143 nós já estávamos com um volume significativo de água no Açude Boqueirão e  
144 já havia segurança hídrica suficiente para que a cidade de Campina Grande  
145 não sofresse restrições. Com aporte das chuvas do período chuvoso, lá o  
146 açude Boqueirão atingiu mais de 100 milhões de metros cúbicos e hoje a gente  
147 garante que tem água para 2 anos de seca, portanto o eixo leste hoje está  
148 tranquilo. Com essa paralisação nós pudemos fazer todas as recuperações  
149 necessárias nas obras do PISF, Poções e Camalaú são duas barragens,  
150 Poções é do DNOCS, Camalaú é uma barragem do estado que o DNOCS está  
151 fazendo uma intervenção, nos dois está fazendo uma intervenção de  
152 melhorias, de construção uma descarga de fundo, inclusive na manhã de hoje  
153 houve uma reunião no Ministério Público da Paraíba, sobre o ritmo dessas  
154 obras que estava um pouco lento, sendo que o DNOCS, através do seu  
155 presidente, já garantiram concluir essas obras até 8 de agosto que é quando  
156 prometemos que retomariamos o bombeamento do Eixo Leste para o  
157 Ministério Público da Paraíba. Entretanto o ministério vai oficializar ao  
158 ministério público que só vai bombear a vazão mínima necessária para que a  
159 adutora do Congo, que é uma adutora do estado da Paraíba, que capta água  
160 no leito do Rio Paraíba possa funcionar normalmente. Então o bombeamento  
161 do Eixo Leste vai ser uma vazão de 500 a 800 l/s. Nós tínhamos recomendado  
162 que não houvesse captação ao longo de rios, mas o estado fez e o Ministério  
163 Público disse que a gente não podia deixar 7 cidades sem água diante disso a  
164 gente vai ter que continuar bombeando mesmo não havendo necessidade de  
165 bombear para Campina Grande e região. As estruturas do Ministério, o  
166 Ministério tinha algumas estruturas também e precisavam ser recuperadas,  
167 Aqueduto Jacaré, ele já está com as obras conclusas, em 31/07 termina tudo, o  
168 reservatório Barreiros havia sofrido um rompimento, já totalmente recuperado,  
169 inclusive já foi retirada a ensecadeira dele, o reservatório de Cacimba Nova já  
170 iniciamos a recuperação, mas as operações no reservatório de Cacimba Nova  
171 não impedem a passagem da água. Então em agosto de 2018 nós  
172 retomaremos o bombeamento do Eixo Leste, com uma vazão em média de 500  
173 l/s, como já garantimos em outras reuniões a empresa executora do Eixo Leste  
174 está nos informando, garantindo, que até 30 de agosto estará instalada toda a

175 rede lógica de medidores de vazões e de medidores de nível, então poderá ser  
176 implantado nessa época já a automação do PISF, a operação automática do  
177 PISF. Só lembrando, o licenciamento ambiental, a primeira licença prévia foi  
178 obtida em 2005, em 2007 tivemos a licença de instalação, em 2013 foi  
179 renovado essa licença de instalação, em 2016 solicitamos ao Ibama a licença  
180 de operação dos dois eixos e em dezembro de 2016 o Ibama autorizou que a  
181 gente fizesse pedido de licença de operação por eixo individualizado, então  
182 hoje eles estão analisando a Licença de Operação do Eixo Leste, o problema  
183 para liberação dessa licença de operação foi em fevereiro o Ibama solicitou o  
184 estudo de análise de risco, solicitou adequação no programa de gerenciamento  
185 de riscos, no plano de ação emergenciais, os nossos estudos já tinham sido  
186 apresentados mas o Ibama entendeu que eles precisariam ser mais executivos,  
187 em julho de 2018, no dia 13, sexta-feira passada, nós entregamos essas  
188 alterações que o IBAMA sugeriu, agora está sobre análise, provavelmente  
189 daqui umas duas semanas a gente entra em contato com eles para ver como  
190 está, se eles vão querer mais alguma alteração. Licenciamento ambiental, tanto  
191 para o Eixo Norte como para o Eixo Leste, temos uma série de programas  
192 ambientais, um dos programas é o tratamento de esgoto e de resíduos sólidos  
193 nas cidades que vão receber água do PISF, seja diretamente ou não, temos  
194 algumas cidades que estão nos deixando em alerta. No Eixo Norte nós temos a  
195 Cidade de Monte Horebe e São José de Piranhas, na Paraíba, e tem que ser  
196 iniciado imediatamente o saneamento dessas cidades para que a gente não  
197 tenha o mesmo problema que teve em Monteiro no Eixo Leste. Monteiro, no  
198 Eixo Leste, no dia da inauguração o Ministério Público Estadual da Paraíba  
199 resolveu o problema do esgoto entupindo na marra ligações que as pessoas  
200 tinham feito na rede de drenagem do PISF, hoje nós temos informação do  
201 Ministério Público Federal que as pessoas voltaram a se ligar à rede de  
202 drenagem e que está se misturando esgoto, inclusive esgoto de hospital às  
203 águas do PISF e logo em seguida da saída das águas do PISF em frente à  
204 cidade de Monteiro existe um Balneário que as crianças vão lá tomar banho,  
205 adultos e crianças ficam lá, então é um problema sério de saneamento, porque  
206 mesmo a autodepuração não ocorre em tão pouco tempo. O Rio Paraíba  
207 provavelmente daí a até 10 km ou 15 km já estaria auto depurado, mas quem  
208 está usando bem na saída do PISF vai está recebendo água contaminada,  
209 inclusive com esgoto hospitalar, então estamos encaminhando ofícios para a  
210 Secretaria de Recursos Hídricos da Paraíba, para que tomem providências,  
211 foram feitos investimentos, a Funasa executou a rede de esgoto toda lá, não  
212 tem sentido essa rede de esgoto não estar operando. No Ceará também temos  
213 as cidades de Jardim e Jati que teriam lançamento de esgoto e lixo nas  
214 proximidades do PISF, vamos averiguar com mais calma, depois entramos em  
215 contato com a Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará.

216 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** A cidade de Jati é uma  
217 cidade muito pequena, pessoal tem que entender também que a água que vem  
218 do São Francisco não é uma água mineral, é uma água igual praticamente a  
219 que está lá, mesmo com a revitalização de São Francisco não é uma água que  
220 você pode meter o copo e beber, então tem que realmente fazer um serviço de  
221 saneamento no Brasil todo, não é só lá, mas ao meu ver isso não é motivo para

222 o Ministério Público deixar a cidade ficar sem água, eu queria ver deixar  
223 Campina Grande ficar sem água porque o problema de Monteiro. No caso do  
224 Ceará, nem em Jati e nem em Jardim afeta a água que vai pro Ceará, porque a  
225 água é desviada pelo CAC, na barragem Jati, o rio que passa em jardim como  
226 o nome já diz é o rio Jardim, desemboca lá no Atalho, aí é um problema para a  
227 Paraíba, a cidade Jati é a jusante da barragem de Jati, se você olhar bem no  
228 Google, no mapa, você desvia a água pelo CAC essas duas cidades aí, outras  
229 cidades sim, lá pra frente Rio Jaguaribe, hoje a água que vem do Castanhão já  
230 é assim.

231 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Teixeira eu entendo tudo isso,  
232 tanto é que eu falei que autodepuração resolveria o problema, agora você  
233 entender que o lançamento de esgoto a 100 ou 200 metros de onde as  
234 pessoas estão tomando banho não é uma questão normal de jeito nenhum.

235 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Eu digo que a gente tem  
236 que ter cuidado entrar também em uma falácia e ser bem realista, porque hoje  
237 você pega uma cidade como Crato no Ceará, o esgoto do Crato vai para dentro  
238 do Castanhão, e a gente está fazendo reuso indireto e inconsciente, na  
239 realidade cidade do Crato mais de 100 mil pessoas, Juazeiro que tem uma  
240 cobertura de esgoto muito razoável o povo não liga, porque no Brasil discute e  
241 gosta muito de papel, gosta de forma e menos de conteúdo, olha os meios e  
242 não os objetivos, vamos ser objetivo, você pega como exemplo o caso de  
243 Juazeiro do Norte que a CAGECE desde os anos 90 tem um alcance bem  
244 razoável de rede de esgoto, mas o povo não liga, não liga simplesmente pelo  
245 seguinte, por mais que você tenta no Brasil ser compulsória a ligação de  
246 esgoto, não é, porque ninguém é obrigado a ligar o esgoto, é como energia que  
247 passa na sua porta aí precisa ser enquadrado crime ambiental, pega o exemplo  
248 da revitalização do São Francisco, quem é da CODEVASF sabe disso, quantas  
249 cidades tem cobertura completa de esgoto e a dificuldade de se ligar o esgoto,  
250 Petrolina e tudo, esse é o problema, a ANA está aí agora com essa nova tarefa  
251 de regular, talvez consiga fazer com que se torne compulsório no Brasil a  
252 ligação do esgoto, enquanto não for obrigatória, muitas vezes a linha vai passar  
253 na rua e o povo não liga porque não quer pagar.

254 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Por isso que aqui no DF a  
255 CAESB passou a cobrar compulsoriamente, se não quiser ligar não ligue, mas  
256 você vai pagar do mesmo jeito.

257 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Eu garanto que lá nas  
258 cidades satélites, lá no Vicente Pires, lá não sei onde... é complicado, o  
259 Ministério Público precisa ter muito cuidado antes de tomar uma decisão dessa,  
260 eu quero ver o Ministério Público ter coragem de faltar água em Fortaleza e  
261 dizer que não pode perenizar o rio porque está misturado com esgoto que já  
262 vem misturado desde São Francisco.

263 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A ordem que recebemos do  
264 Ministério público é de não ligar as bombas enquanto não resolver esse esgoto  
265 dessas cidades.

266 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Ministério Público  
267 Estadual?

268 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Ministério estadual e Federal da  
269 Paraíba.

270 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Ceará não vai fazer isso,  
271 pode ficar tranquilo.

272 **O SR. DEUSDETE QUEIROBA FILHO (PB):** A gente infelizmente não tem  
273 esse controle sobre o Ministério Público, eu até entendo que o Ministério  
274 Público...

275 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Não é controle, é o  
276 Ministério Público entender...

277 **O SR. DEUSDETE QUEIROBA FILHO (PB):** Entender, pois é... às vezes o  
278 Ministério Público do Ceará seja melhor do que o da Paraíba... porque o que  
279 acontece, eu até entendo o Ministério Público questionar esse tipo de assunto  
280 agora, em uma discussão técnica a gente não pode entrar nessa, o fato de em  
281 Monteiro ter uma contribuição mínima de esgoto por conta de um problema, a  
282 FUNASA financiou a obra de esgotamento sanitário para a prefeitura municipal,  
283 a prefeitura municipal vem tentando entregar a obra para a CAGEPA, que é a  
284 companhia de saneamento, assumir, mas tem sérios problemas na obra e é  
285 uma questão técnica que está sendo resolvida, então isso não é e não foi  
286 problema nenhum, o fato das pessoas estarem tomando banho pode realmente  
287 haver algum problema porque se o esgoto está muito próximo e alguém está  
288 tomando banho, agora a gente não tem controle sobre isso, o estado não tem  
289 como controlar o acesso ao banho no rio que está lá perene. Em relação ao  
290 Eixo Norte as duas cidades de São José de Piranhas e Monte Horebe que o  
291 Dr. Luitgards colocou, então tem que ser feito o investimento de esgotamento  
292 sanitário, os recursos assegurados pela Funasa para fazer de São José de  
293 Piranhas, Monte Horebe não tem recurso pra isso, ou seja, não vai ser feito  
294 agora, a não ser a haja aporte de recurso por parte pelo Governo Federal  
295 através da Funasa, o estado da Paraíba não tem condições, não tem como  
296 fazer obra de esgotamento sanitário, como disse o Teixeira o esgotamento de  
297 Monte Horebe todo é algo irrisório, insignificante, é uma cidade muito pequena,  
298 não vai ter nenhum problema, eu até entendo às vezes o Ministério Público  
299 está questionando dessa forma e chegar até em um absurdo em dizer que só  
300 pode bombear água se estiver resolvido a questão de esgoto, mas a gente não  
301 pode realmente entrar nessa, a gente vem discutindo isso com o Ministério  
302 Público, ajudado o Ministério Público da Paraíba tanto Estadual como Federal  
303 na questão da fiscalização como fez em Monteiro, e a gente fez uma parceria  
304 com eles para continuar resolvendo essas questões, não vejo isso como um  
305 problema tão sério, e a questão de Monteiro também que está sendo resolvida.

306 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** E a gente não pode  
307 esquecer que a titularidade de saneamento é do município, se você pega  
308 Jardim, por exemplo, que é SAE não é CAGECE, o estado não tem menor  
309 governança sobre isso, se você pega Souza na Paraíba, que é municipal  
310 também, o estado da Paraíba pode fazer o que quiser, e a União, mas não

311 consegue, a única coisa que pode fazer é não passar dinheiro, a União não  
312 passar dinheiro pra lá se ele não se enquadrar, mas é complicado, porque  
313 segundo a Lei, a Lei está aí, o saneamento se divide em quatro, resíduo sólido,  
314 água potável, drenagem urbana e esgotamento sanitário e a titularidade é do  
315 município, é complicado isso aí, é um problema da República, tem que ver  
316 como se resolve.

317 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** E aí complementando o caso de  
318 Monteiro especificamente, Monteiro hoje tem uma cobertura de esgoto de mais  
319 de 80%, o restante que não vai diretamente para o rio é especificamente um  
320 problema, uma pequena bacia por conta dessa questão do recebimento da  
321 CAGEPA, uma obra que foi executada pela prefeitura, mas está sendo  
322 resolvida, acho que não deve ser um problema.

323 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Tudo bem a gente entende todo  
324 esse problema, mas aqui é um fórum que a gente tem contato direto com  
325 secretarias estaduais e a gente gostaria de colocar até por que se vir alguma  
326 demanda mais forte, a gente vai ser impedido de bombear, e não é o que  
327 queremos.

328 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** Antes de passar para o próximo item, só  
329 uma dúvida, esses ajustes que foram promovidos falando de forma genérica,  
330 os estudos disso que foram apresentados ao IBAMA existem por parte do  
331 IBAMA já uma expectativa prazo para reanálise desses documentos? Esses  
332 estudos com o sentido de liberar a licença, a liberação para quando? Ou a  
333 gente não tem ainda essa expectativa de prazo?

334 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Eles pediram 15 dias pelo menos  
335 para ler, talvez lendo eles possam querer estudar melhor algum tema, alguma  
336 coisa, mas nos pediram 15 dias para ler. Com relação a sessão provisória de  
337 bens foram iniciadas as vistorias conjuntas do MI e CODEVASF, houve apenas  
338 uma, mas já mandamos ofício marcando outras reuniões, começando agora  
339 pelo Eixo Leste, nesse momento nós vamos verificar tudo que está em  
340 condições de operação e de transferência, nós vamos elaborar um termo de  
341 cessão provisória conforme o modelo que o SPU passou e por fim uma matriz  
342 de responsabilidades, quem vai se responsabilizar pela manutenção de cada  
343 equipamento, por alguma questão que ainda esteja por concluir de formas a  
344 que a CODEVASF possa operar o Eixo Leste já o mais rápido possível e assim  
345 que tivermos a L.O iniciamos a operação comercial do Leste.

346 **A Sr.ª MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Aqui vamos  
347 fazer uns informes a respeito de uma nota técnica que foi elaborada e  
348 encaminhada para todos os estados e só para ressaltar, foi elaborado um  
349 mapa de processos de liberação de água do PISF durante a fase de pré-  
350 operação, porque a gente está em fase de testes e pré-operação e chegam  
351 muitas demandas algumas vezes até individuais ou dos Estados para liberação  
352 dessa água e a gente achou importante fazer esse processo com diretrizes  
353 para tornar esse processo dessa demanda mais objetiva e principalmente  
354 com o objetivo de gerenciar a expectativa do recebimento das águas pelas  
355 populações beneficiadas, porque a partir do momento que a gente estiver em

356 operação comercial essas demandas vão estar estabelecidas no PGA e vão ter  
357 um custo, e hoje a gente ver que muitas dessas demandas por exemplo  
358 Pernambuco, algumas demandas que chegaram para a gente não constam no  
359 PGA, para a demanda que o estado mandou para 2018, então como gerencia  
360 isso com aquela população que está sendo beneficiada hoje numa fase de  
361 teste? Por que depois de uma fase comercial ela não vai estar recebendo essa  
362 água? Então é muito importante que órgãos gestores de recursos hídricos dos  
363 estados estejam atentos nas liberações em fase de testes e acompanhe e  
364 regule o uso dessa água durante essa fase. aí está pequeno, mas para todos  
365 os estados, a gente encaminhou oficialmente para todos os estados, tem um  
366 mapa de processos, tem uma matriz com as responsabilidades de todos, e a  
367 gente coloca bem detalhado como deve ser o pedido, o pedido deve vir do  
368 estado acompanhado de uma programação de testes e um parecer do órgão  
369 gestor de recursos hídricos, indicando a vazão liberada e tempo de liberação,  
370 enfim como esse pedido ele vai caminhar dentro do ministério para que seja  
371 feita análise dessa liberação, então estados se vocês não receberam peça que  
372 vocês nos informes para reencaminhar novamente, porque a gente entende  
373 que é muito importante.

374 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Já tem quanto tempo? O João  
375 não está aqui tenho que ver se está no e-mail dele.

376 **A Sr.<sup>a</sup> MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Já tem uns dois  
377 meses, a gente anota no final da reunião, é bem importante além de cumprir as  
378 obrigações do acabouço institucional do PISF, a questão da expectativa que  
379 gera a respeito dessa liberação, como a gente está nessa transição da fase pré  
380 operação comercial, a gente tem que estar atento a isso.

381 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Nós do DPE resolvemos nos  
382 preocupar com o custo da energia de operação do PISF, que é de preocupação  
383 de todos os estados, resolvemos contratar uma consultoria especializada para  
384 nos dar alternativas de energia que pudessem ser feitas, o Claudir é  
385 engenheiro eletricista, coordenador da coordenação geral de estudos e  
386 projetos, então ele vai apresentar em que fase se encontra esse estudo,  
387 inclusive interessa bastante ao pessoal do BNDS porque isso pode servir para  
388 modelagem para futura PPP que estão preparando. O pessoal do BNDS está  
389 vendo a apresentação? Então aguarda um pouquinho. Vocês estão vendo a  
390 apresentação?

391 **(BNDES):** Sim, agora entrou.

392 **O SR. CLAUDIR COSTA (MI):** Boa tarde, gostaria só de enfatizar a questão  
393 da participação e do trabalho que o BNDS vem desenvolvendo no sentido de  
394 estruturar o projeto para poder desenvolver um modelo de delegação do PISF,  
395 da operação do PISF para iniciativa privada, como nós todos sabemos, que em  
396 torno de 70% a 80% do custo de O&M do PISF é energia elétrica, então, a  
397 preocupação nossa foi tentar desenvolver algo em paralelo a esse trabalho que  
398 o BNDES está desenvolvendo que é estruturar um modelo de negócio que

399 introduza o PISF fontes de energia alternativas ou renováveis e que o BNDES  
400 utilize esse trabalho como insumo para fazer a estruturação desse projeto e  
401 uma delegação para iniciativa privada. Então vou apresentar aqui um resumo  
402 do trabalho que estamos desenvolvendo em torno desse estudo de viabilidade  
403 técnica, econômica e ambiental do projeto de energias alternativas. Em  
404 novembro de 2015 a gente elaborou um TR para poder fazer esse EVTA e  
405 2016 foi enviada a versão final do IICA, que é um parceiro nosso, junto ao  
406 banco mundial que financia esse projeto no programa Interáguas , em 2018 a  
407 gente fechou, firmou com o contrato de consultoria , parceria IICA, Inter águas,  
408 e o valor desse contrato é um valor de dois milhões e trezentos mil reais  
409 aproximadamente. Em 15 de janeiro de 2018 foi emitida a ordem de serviço  
410 para empresa PROJCONSULT que ganhou esse processo por meio do  
411 procedimento licitatório então começou a produzir os primeiros produtos; hoje  
412 estamos no terceiro produto dos que a consultoria tem desenvolvido. Nós  
413 colocamos aqui três temas de possibilidades de utilização de energia  
414 alternativas dentro do PISF, O primeiro é a recuperação da energia hidráulica  
415 por meio de pequenas centrais hidrelétricas no Eixo Norte, o projeto básico já  
416 havia previsto algumas usinas PCH's e foi identificado logo de início que  
417 haverá necessidade de uma revisão do potencial hídrico dessas duas PCH's,  
418 até mesmo porque de acordo com o PGA do que forem liberados em vazão  
419 nesses pontos, vai afetar diretamente a produção dessas usinas. Então está  
420 sendo revisado esses estudos, onde possivelmente haverá uma redução do  
421 potencial hidráulico desses dois pontos, ou seja, o que está se demonstrando  
422 até então é que, possivelmente a gente deva acatar em um modelo que inclua  
423 as outras duas fontes, primeiro energia fotovoltaica e segunda energias eólicas,  
424 energia eólica que também há um estudo que vou mostrar mais a diante que  
425 talvez não a alternativa mais viável, mas ainda está em andamento. No tema 2  
426 a produção de energia a partir de fontes fotovoltaicas. A gente sabe que na sua  
427 grande maioria o PISF tem 200 m disponíveis ao longo dos canais sendo 100m  
428 para um lado e do outro da parte do canal, e a a gente tem uma longa extensão  
429 onde pode instalar painéis fotovoltaicos nessas áreas desapropriadas. Um  
430 trabalho que tem sido desenvolvido também nesse estudo é a possibilidade de  
431 implantação sobre os canais. Em modelo que eu já havia desenvolvido  
432 anteriormente a esse trabalho de início eu já havia identificado que há uma  
433 certa inviabilidade nesse tipo de trabalho pelo fato de não obstante haver uma  
434 redução da evaporação e até uma melhoria na eficiência desses painéis,  
435 porque esses painéis fotovoltaicos, perdem a eficiência de acordo com o  
436 aquecimento solar, a gente tem o potencial de radiação maior do mundo no  
437 Nordeste, então área desapropriada com licenciamento ambiental resolvido e  
438 podendo compartilhar por exemplo, segurança, você tem totalmente um  
439 ambiente propício para esse tipo de negócio de energia fotovoltaica, no entanto  
440 há um paradoxo que é, quanto maior a irradiação solar maior o aquecimento e  
441 maior a perda de eficiência desses painéis. Então os canais ajudam nesse  
442 ponto, mas no fim das contas tem de ser analisado todas essas estruturas,  
443 essas treliças de que tem que ser desenvolvidas sobre os canais, acabam

444 inviabilizando-se. Então o que está sendo mostrado até então uma grande  
445 viabilidade de implantação de painéis ao longo dos canais. Também tem sido  
446 mostrado algo pode ser positivo a implantação de painéis solares sobre os  
447 reservatórios, também há um ganho duplo: primeiro a diminuição das perdas  
448 por evaporação e também a melhoria da eficiência em face do resfriamento  
449 desses painéis. A instalação é simples, a limpeza é fácil, hoje você tem esse  
450 tipo de modelo já implantado em vários lugares então a tecnologia já é  
451 superada, além de ela ser simples também. Então, é algo que também está  
452 sendo desenvolvido, eu vou mostrar uma tabela mais a frente, esse trabalho  
453 está sendo considerado no EVTEA. A gente aponta que 17% das perdas dos  
454 reservatórios, em torno de 4 m<sup>3</sup>/s, é devido à evaporação, então seria um ponto  
455 positivo nesse tipo de abordagem. Fora do que já temos de áreas  
456 desapropriadas ao longo do canal, a gente tem áreas próximas às vilas  
457 produtivas e aos reservatórios, então temos muita área extensa, com todos  
458 esses problemas que o empreendedor que atua nessa área enfrenta  
459 normalmente dirimidos, como principalmente compartilhamento de segurança,  
460 como folha de pagamento de pessoal com sistema de segurança,  
461 principalmente a questão de licenciamento ambiental. A questão do custo da  
462 área para implantação a gente sabe que essas áreas têm um custo baixo, mas  
463 o licenciamento é o mais preocupante nesse tipo de empreendimento. Aqui nós  
464 temos o potencial de irradiação solar ao longo do canal, vermelho seria o "top",  
465 ou seja, nós temos o melhor do mundo para utilizar e converter a energia solar  
466 em energia elétrica. No total, os estudos preliminares apontam que temos 4  
467 GW de energia disponível se fosse implantado painéis em todos esses pontos.  
468 Também, outro ponto positivo que temos nesse projeto é o fato que se tem  
469 linhas de transmissão e subestações ao longo do canal, então é outra questão.  
470 Inclusive no Nordeste há casos de problemas de planta solares sem linha e  
471 eólica; e esse é um problema que a gente não vai ter, pelo menos até um  
472 determinado limite que foi apontado inicialmente de 500 MW e a partir daí e  
473 preciso ampliar subestações, recapacitar linhas e etc. Mas obviamente há a  
474 necessidade de implantação de alguns sistemas, por exemplo, inclusão de  
475 alguns "Bays" ou seja, há alguns trabalhos a serem desenvolvidos dentro das  
476 subestações para poder se conectar, mas é um trabalho muito menor se  
477 comparado com outros pontos no Nordeste. Inclusive, sempre recebemos  
478 empreendedores interessados em investir e visualizamos que o mercado está  
479 interessado na implantação desse tipo de empreendimento. Então, todos esses  
480 pontos aí citados já foram falados, os pontos positivos a serem implantados  
481 nesse tipo de sistema. A imagem está muito pequena, mas no fim das contas é  
482 uma tabela que demonstra o potencial da primeira e segunda etapa, sendo na  
483 primeira etapa em torno de 800 MW/h anual e na segunda 2 milhões e meio  
484 KW/h. Então a gente conseguiria com esse modelo atender totalmente essa  
485 demanda do PISF. Esse trabalho será repassado ao BNDES e a partir daí será  
486 estruturado o projeto que atenda às nossas demandas. Existem várias  
487 alternativas, dentre elas a liberação da área para empreendedor, e aí  
488 receberíamos como receita acessória; O próprio PISF ser um próprio produtor

489 independente ou um autoprodutor de energia e ira utilizar essa energia para  
490 operar o seu próprio sistema e o excedente seria vendido; então, existem  
491 várias modelagens e vários desafios que temos que enfrentar, como por  
492 exemplo, se formos partir para modelos de leilões. Esse trabalho está em  
493 andamento e essa parte inicial, que é o estudo da viabilidade técnica, que está  
494 vencendo e a gente está começando a concluir que passa a ser viável, mas  
495 também existem outros vários desafios do ponto de vista de estruturação do  
496 projeto, questões voltadas para a regulação e outras facetas e dimensões para  
497 estruturação do projeto. O item 04 demonstra os gastos com o consumo de  
498 energia e com o CUST. O CUST é um custo fixo, ou seja, um custo para você  
499 se conectar no sistema, a energia que a gente compra é independente disso e  
500 que vem aumentado obviamente de acordo com a entrada da pré-operação do  
501 empreendimento e vamos chegar facilmente a ordem de 300 milhões de  
502 reais/ano, então mais uma vez demonstra que esse tipo de abordagem de  
503 implantação de energias alternativas é uma questão que tem de ser trabalhada.  
504 Na primeira etapa está previsto em torno de 105 MW instalado, ou seja, o que  
505 dá 92 MW médios e na segunda etapa, em torno de 317 MW, considerando-se  
506 vazões outorgadas atuais, o total dão 6,4 m<sup>3</sup>/s. Na energia eólica a visão e um  
507 pouco diferente, se formos utilizar as áreas desapropriadas do PISF, já feito um  
508 estudo considerando 120 metros de altura nas proximidades dos canais e,  
509 como pode ser observado, os índices de vento nesses pontos não são tão  
510 bons. Então, a eólica talvez a modelagem poderia incluir áreas próximas ao  
511 PISF e as subestações, mas assim deveria haver desapropriações ou a  
512 utilização, aluguel de áreas próximas. Esse é um modelo que está sendo  
513 estudado, mas que possivelmente deve ser descartado.

514 **O SR. RENATO DALLA LANA (MME):** Eu achei interessante, o projeto me  
515 pareceu bem arrojado. Me preocupei assim, se vocês estão descartando as  
516 usinas eólicas e se voltando para projeto de aproveitamento do potencial  
517 hidrelétrico e a complementaridade de que tem que ser de fontes fotovoltaicas,  
518 então quando você em fala 105 MW dando um valor 92 MW. E a noite como é  
519 que fica? Você não tem energia fotovoltaica.

520 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A ideia é gerar em torno 600 e a  
521 sobra seria repassada para as cidades e a noite consumiria porque para o  
522 período tem sobra de energia da geração das outras.

523 **O SR. RENATO DALLA LANA(MME):** Em aí me parece que tem de ser  
524 estudado um pouco melhor e porque vocês em algum momento não têm que  
525 buscar em algum momento esse valor de energia em algum lugar por meio de  
526 contratação porque não ter disponibilidade porque a noite não vai ter a energia  
527 fotovoltaica.

528 **O SR. CLAUDIR COSTA (MI):** Esse modelo é complementar ao atual. A ideia  
529 nossa, obviamente ideal, é que esse sistema fosse autossuficiente, mas a  
530 gente sabe que isso ainda não existe. Se a gente pudesse usar, por exemplo a  
531 energia toda no sistema de adução durante o dia, seria ótimo, mas em algum  
532 momento teria que bombear à noite. Então no fim das contas, haverá fluxo de

533 caixa, as entradas e saídas compensem e ainda sobre um resultado que se  
534 consiga bancar os demais custos de O&M. Então vai ter que haver contrato  
535 complementar no mercado livre, mas no balanço geral a gente teria um saldo  
536 positivo, é essa ideia.

537 **O SR. RENATO DALLA LANA(MME):**

538 O projeto é interessante, mas é só auto sustentável se tivesse geração ao  
539 longo dos canais com certeza, agora o que é preocupante é que tem ser  
540 complementar mesmo tem gerar energia hidráulica porque ela também opera  
541 a noite, mas a energia hidráulica no período seco vai ter menor disponibilidade  
542 não tanta água como no período úmido que o custo será menor, mas essa  
543 complementaridade será necessário e com isso não deve descartar a eólica  
544 porque ela tem uma funcionamento no período da noite, apesar de ter fator de  
545 capacidade baixa, ela contribui muito para você ter uma curva de carga bem  
546 melhor, então temos que avançar nos dois. Então precisa desenvolver melhor  
547 porque em alguns locais talvez o vento seja melhor, então acho que dar para  
548 melhorar o projeto.

549 **O SR. CLAUDIR COSTA (MI):** Só para enfatizar que esse trabalho está em  
550 desenvolvimento e que está 60% desenvolvido; essa outra parte, esse modelo  
551 de fluxo de caixa, vai começar a ser desenvolvido agora, ou seja, a gente vai  
552 rodar a modelagem incluindo todos os potenciais para a produção de energia e  
553 depois levar em consideração considerar outros aspectos, regulatórios,  
554 ambientais. Então, possivelmente, nesses modelos que a gente for rodar, em  
555 algum momento a gente possa chegar à conclusão de que a  
556 complementariedade, ainda que a gente utilize outras áreas não as do PISF,  
557 mas áreas próximas ao PISF, e a gente consiga ter um modelo que atenda  
558 todos os horários.

559 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Também nesse último relatório  
560 do Leste que foi apresentado, ou seja, a energia solar é o mais viável e para  
561 eixo leste e a eólica no final do Norte, são áreas distintas do projeto que  
562 poderiam utilizadas com um fator para tornar as ações complementares  
563 complementar. Patrick pediu a palavra?

564 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Nós lá na ANA vemos com muito bons  
565 olhos esse tipo de estudo, como você já ressaltou, o projeto de energia elétrica,  
566 estudamos experiências internacionais, por exemplo no Colorado o sistema  
567 começou com a transposição e se tornou depois um sistema de geração de  
568 energia elétrica, hoje em dia a maior parte da receita vem da geração de  
569 energia elétrica e a menor parte vem da tarifa de operação da infraestrutura  
570 hídrica, então a gente tem muita expectativa com relação a esse estudo, isso  
571 também pode levar uma redução expressiva dos custos para os Estados, que é  
572 um discussão importante nesse conselho, e pensando nisso nós temos a  
573 interpretação de que a vazão de 26,4 m<sup>3</sup>/s que está na outorga, ela é uma  
574 vazão média anual de forma que o operador ele pode bombear uma vazão até  
575 maior que essa em determinado momento desde que ele bombeie uma vazão

576 menor em outro momento, justamente para permitir o bombeamento em  
577 momentos de custo menor de energia, isso pode ser na escala diária, semana  
578 e até na escala anual, então essa questão que o Renato levantou de não ter  
579 sol a noite, você pode equacionar e planejando seu bombeamento para  
580 acontecer nos horários do dia em que você tem sol e tem energia solar ou  
581 também planejar sua operação para que ela ocorra nos períodos mais  
582 chuvosos do ano, que o sistema interligado está em uma condição hidráulica  
583 mais favorável e o custo no mercado líder é menor, para isso funcionar você  
584 precisa ter uma capacidade de armazenamento de água, tanto no projeto como  
585 nos açudes interligados, se você vai bombear fora do momento da demanda  
586 você tem que guardar essa água em algum lugar para que ela seja  
587 disponibilizada no momento em que a demanda ocorre, a gente tem isso, o  
588 Eixo Leste e o Eixo Norte tem reservatório, Leste não tem uma capacidade tão  
589 grande assim, o Eixo Norte tem até uma capacidade maior, mas nós temos  
590 depois os reservatórios interligados, temos no Ceará, tem o Castanhão para  
591 armazenar essa água, na Paraíba tem o Boqueirão, Rio Grande do norte tem o  
592 Armando Ribeiro, enfim, então você tem condições de ajustar sua operação  
593 para minimizar esse custo, então não vemos essa questão de energia  
594 fotovoltaica ter uma restrição fora de horário, uma restrição para sua utilização  
595 do projeto, eu acho que a operação pode ser adaptada para beneficiar essa  
596 possibilidade, só não deve investir mesmo dessa alternativa com o objetivo de  
597 diminuir e gerar mais receita e menos custos do projeto no final das contas.

598 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Alguém mais quer falar sobre  
599 energias alternativas?

600 **O SR. DANIELSON ARAÚJO(CODEVASF):** É só uma sugestão que já  
601 conversamos na outra reunião, que é uma proposta no seguinte sentido, a  
602 demanda total do PISF na primeira etapa está em 1 GW/ano e o  
603 aproveitamento de todas as áreas é de 4, temos 3 adicional, é a proposta que  
604 coloquei para você na última reunião, o PISF (projeto São Francisco) entra  
605 como cotista, ou seja, entra com 0 reais de entrada, já que tem os pontos de  
606 conexão então a energia vai ser disponibilizada no projeto São Francisco  
607 independente do tempo, pode ser a noite, de madrugada, sábado ou domingo,  
608 então minha vai atender seja com energia proveniente da geração local ou de  
609 uma geração hidráulica, então a ideia que deixo para você mais uma vez é de  
610 que não se abandonar essa ideia do cotista, você entra com a terra,  
611 desapropriação, com todos, com a conexão e com o privado, nosso produto  
612 final é entrega de energia.

613 **O SR. CLAUDIR COSTA (MI): O SR. CLAUDIR COSTA (MI):** É exatamente  
614 nessa linha mesmo Danielson, a única coisa que, a gente que está em uma  
615 fase de avaliação, temos que fazer é tentar cobrar a elaboração de um relatório  
616 final bem consistente e exatamente esse tipo de oportunidade, o que que faz  
617 um empreendedor lá fora escolher esse risco e não um outro? Você tem custos  
618 com interligação, tem custos com compartilhamento de segurança, tem custos  
619 de operação, ambientais e tal. Isso a gente sabe que existe, agora quanto vale

620 isso? Quanto é monetizar isso aí? Esse valor tem que ser o suficiente para  
621 poder suprir a demanda de energia para o PISF e talvez até pagar os custos de  
622 O&M. Agora se não for o suficiente, o empreendedor também não vai entrar no  
623 negócio, por isso tem que ser um modelo muito consistente, muito racional  
624 para gente desenvolver algo que seja factível, pra sair do outro lado.

625 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Mais alguma contribuição sobre  
626 energias?

627 **O SR. ELANO JOCA(COGERH):** Eu li há 3 ou 4 semanas o Ceará lançou  
628 uma APNI com essa ideia no caso do Eixão das Águas, Ceará publicou isso há  
629 3 ou 4 semanas a mesma linha, só que usando como instrumento do caso o  
630 Eixão das Águas que de Jaguaribe até Fortaleza talvez seja do conhecimento  
631 da equipe lá modelando a mesma ideia.

632 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Lá é um pouco diferente,  
633 mas assim, nesse princípio de ter um espaço físico, e tem uma demanda, lá  
634 juntou-se a secretaria que está lançando a PMI está encerrando a fase de  
635 consulta pública, é grande para energia solar que está começando ainda no  
636 Brasil, mas pouco comparado com a magnitude do São Francisco na realidade  
637 nós temos alguns pontos de consumo de energia, estação de bombeamento no  
638 Castanhão, estação de bombeamento no meio do caminho que nós capitamos  
639 a água da chuva quando o rio corre para jogar dentro do Eixão das Águas e  
640 tem estações de bombeamento nos açudes da região metropolitana são os 4  
641 pontos de consumo, então o investidor vai escolher dentro daquele princípio  
642 que você falou que não adianta sair distribuindo painéis ao longo do canal todo,  
643 vai escolher o melhor ponto para concentrar o seu parque solar e o estado  
644 garante compra de 45 Mega através da COGERH e CAGECE que são grandes  
645 consumidores de energia e representa para cada um o custo de energia de  
646 30% aproximadamente de 25% a 30% da matriz de custo, então aquele que  
647 oferecer a melhor economia na energia ofertada para companhia CAGECE e  
648 COGERH companhia de saneamento e companhia de água bruta, é uma  
649 experiência, mas assim, lá seria a intenção mais baixa e outra coisa que eu  
650 acho grande segredo é isso aí, é um patrimônio, patrimônio da república, do  
651 ministério e dos estados que também são beneficiados que é o ponto de  
652 conexão toda essa estrutura que nós temos de o Ministério tem de linhas de  
653 transmissão interligadas ao sistema nacional e os pontos de consumo, então  
654 assim eu acho que dentro do espírito do projeto São Francisco, inclusive tem  
655 estudos já desenvolvido pela SDR a Secretaria de Defesa Regional que é  
656 daqui que é o projeto integração, que é na realidade um grande projeto de  
657 instrumento regional dentro da visão é um projeto tamanho regional, esse  
658 projeto tem que ser pensado na visão de múltiplos usos, se não da água como  
659 são os projetos que o Patrick falou na bacia do Colorado dos EUA onde na  
660 realidade todos os projetos foram desenvolvidos com a visão mais integrada e  
661 o grande problema do Brasil que a gente fez um projeto do viés setorial,  
662 diferentemente, por exemplo, da bacia do Colorado dos EUA que tudo foi feito  
663 na visão de múltiplos usos da água, você faz um grande projeto de

664 transposição tem a geração de energia e tem o abastecimento de cidades e  
665 tem o abastecimento de milhões de hectares, então a água sai para irrigação a  
666 baixo custo, para as cidades ao custo intermediário e energia em uma forma de  
667 subsídio cruzado que sustenta o grande projeto, é isso, e o São Francisco não  
668 poderia ser diferente se não der para ser com a água como você mostrou aí  
669 que as vazões são baixas, que use essas vantagens dos pontos de conexão e  
670 com energia alternativa já com o saldo sobrando, isso tem que ser aproveitado  
671 em prol do benefício de melhorar o projeto, mas claro sendo atrativo para os  
672 investidores, porquê se não ganhar também não vai querer, mas queria  
673 parabenizar vocês já vem de uma condução muito interessante se  
674 aprofundando nesse negócio da gestão atual e futura do PISF parabeno a  
675 equipe do ministério que tem trabalhado intensamente nessa divisão de  
676 aprimorar e eu acho interessante além da possibilidade que o BNDES vai  
677 mostrar que tem a parceria do futuro entrar um empreendedor privado para  
678 gerenciar tudo isso eu acho que ele só vai se interessar se misturar energia  
679 com fornecimento de água, se não ninguém vai interessar, por que você pode  
680 também nessa visão de cotista que ele falou tentar união com os estados  
681 dentro daquele princípio que você pode ter um consórcio aí dos estados  
682 participantes, um modelo francês aí que constituem bem empresas aonde  
683 participa estados e iniciativa privada é bem possível também para a gestão do  
684 São Francisco.

685 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Obrigado a todos vamos passar a  
686 palavra agora para Agencia Nacional de Águas para falar sobre o plano de  
687 gestão anual 2018/2019.

688 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Flavia e eu vamos fazer uma dobradinha,  
689 como foi solicitado vamos falar da PGA 2018, PGA 2019, vamos falar também  
690 sobre a tarifa 2018 que ela anda junto com a definição PGA e vamos dar mais  
691 alguns informes sobre outros assuntos que são relevantes para os membros  
692 desse conselho com relação das atividades da ANA. Então como vocês sabem  
693 o PGA é o Plano de gestão anual está previsto no decreto que regulamentou o  
694 sistema de gestão e ele deve ser elaborado pela CODEVASF e aprovado pela  
695 ANA e MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO nas suas respectivas competências  
696 nós temos uma resolução de 2017 que define as condições gerais de  
697 prestações de serviço e define lá os itens que nós vamos olhar no PGA então  
698 nós recebemos PGA da CODEVASF e avaliamos a luz dessa resolução esse  
699 primeiro PGA foi um tanto excepcional por ter sido o primeiro, por ter sido  
700 encaminhado não seguindo os prazos até porque a resolução foi publicada  
701 depois do cronograma que foi estabelecido e porque alguns itens também  
702 ainda não foram, e nós dispensamos apresentação de alguns itens, mas o mais  
703 importante na nossa opinião é a repartição das vazões entre os estados, como  
704 nesse primeiro ano de operação só há bombeamento no eixo leste então foram  
705 encaminhados as repartições de valores para Paraíba e Pernambuco, o  
706 processo começa com a CODEVASF solicitando que os estados informem as  
707 suas demandas daquele ano a CODEVASF então consolida essa demanda e

708 encaminha a ANA e essa tabela consolida o resultado da nossa avaliação  
709 dessa demanda então a tabela da esquerda apresenta as demandas de  
710 Pernambuco que totalizam 0,75M<sup>3</sup>/s em 3 pontos de captação que estão  
711 indicados ali, e as 3 demandas são para abastecimento humano e operada  
712 pela COMPESA. Com relação ao estado da Paraíba, demanda total é de  
713 4,67M<sup>3</sup>/S divididos em 4 pontos de captação sendo o primeiro para atender  
714 abastecimento humano pela operadora estadual, por segundo para atender a  
715 comunidade rurais, são sistemas isolados de abastecimento de água na nossa  
716 categoria de usuário também para abastecimento humano terceiro para  
717 irrigação de pequenas comunidades agrícolas que é uma VPR são as vilas  
718 produtivas rurais essas comunidades, essas vilas são previstas no processo de  
719 licenciamento ambiental, então dentro do processo de licenciamento tem  
720 programas lá básicos ambientais PBA e tem 2 programas que determinam ao  
721 MI o atendimento a essas pequenas comunidades rurais e também essas  
722 Vilas Produtivas Rurais, então isso é previsto licenciamento e obrigação do MI  
723 e já tem uma previsão de demanda nesse primeiro ano de operação e por fim  
724 principal ponto de entrega que é no final do Eixo leste em Monteiro já foi falado  
725 aqui com a vazão de 4,35 essa vazão ela é lançada no rio Paraíba e aí ela flui  
726 pelo rio Paraíba atendendo a usuários ao longo do próprio rio e mais na frente  
727 no reservatório do Boqueirão onde está a captação de Campina Grande que é  
728 o maior usuário beneficiado com essas vazões são 4,35 M<sup>3</sup>/S então a gente  
729 discriminou por finalidade, para abastecimento humano, maior parcela,  
730 irrigação e uma outra parcela de outros usos que são as perdas em transito na  
731 Paraíba, depois que essa água sai do PISF, do trecho ali em rio onde a água é  
732 aduzida, então isso dá uma vazão total de pouco mais de 5 M<sup>3</sup>/S por segundo,  
733 esses valores estão em análise, já fechamos análise técnica, tem uma nota  
734 técnica, uma proposta de resolução, e essa proposta de resolução está em  
735 análise pela diretoria da ANA, eu queria dá o destaque em um ponto específico  
736 foi o único item que nós não aprovamos tal como foi encaminhado pela  
737 CODEVASF, que é com relação com a retira do adutora Pajeú para Paraíba  
738 que nos colocamos o portal reservatório, o pedido original que foi encaminhado  
739 a ANA, localizava a esse ponto no trecho de canal logo antes da EBV-6 que a  
740 última estação de bombeamento do eixo Leste portanto uma captação em  
741 canal e na resolução de dezembro de 2017 aquela que eu mencionei  
742 condições gerais prestações de serviços, nós inserimos uma condição de que  
743 os pontos de entrega para abastecimento humano tinha que ser  
744 obrigatoriamente localizados em reservatórios, e porquê isso ?em função a  
745 experiência da equipe da ANA que já trabalhou em outro locais exemplo Ceará  
746 de que esse sistema não tem condições de manter o fluxo continuo de água  
747 nos canais vão havendo interrupções nessas bombas por uma série de  
748 motivos, interrupções diárias, em função do custo de pequenas paradas para  
749 manutenção e terão opções semanais ou mensais para manutenção para troca  
750 de peças e etc. e até interrupções por períodos maiores em função da  
751 demanda dos estados como a gente acabou de conversar agora a pouco,  
752 enfim por exemplo se o Ceará estiver em um período que estiver uma boa

753 recarga nos reservatórios não precisa pedir água e as bombas não vão  
754 funcionar durante alguns meses, ou se a energia estiver mais barata no  
755 período húmido você pode bombear mais em período húmido e não bobear em  
756 outro período, ou seja, essas bombas não vão funcionar continuamente e uma  
757 captação que esteja localizado no canal, logo a jusante da bomba, ela não vai  
758 ter garantia hídrica, se a bomba não vai funcionar continuamente não vai ter  
759 água fluindo por aquele canal continuamente, então para evitar interrupção do  
760 atendimento do abastecimento humano que são prioritárias e contínuas foi  
761 estabelecido essa regra para que ele se localizasse em reservatório, porque os  
762 reservatórios dentro do projeto tem uma capacidade de armazenamento e eles  
763 equalizam esse tipo de problema até porque interrompido o bombeamento o  
764 reservatório tem água e ele tem uma certa autonomia dependendo do volume e  
765 da demanda, então essa foi a lógica dessa regra, mas nós estamos sempre lá  
766 no campo acompanhando e descobrimos que estava em execução uma obra  
767 pelo DNOCS dessa captação da adutora do Pajeú nesse ponto do canal, então  
768 como nós entendemos que essa não é a melhor solução técnica como eu já  
769 mencionei e isso está em desconformidade com a resolução a nossa  
770 recomendação quando isso foi detectado foi que o MI fosse notificado com  
771 relação a essa situação e de que no PGA isso não foi aprovado tal como  
772 proposto. Então a nossa recomendação na área técnica que se aprove a  
773 demanda, porque existe a necessidade de atendimento dessas comunidades,  
774 dessa vazão, porém não no ponto de captação onde ela está prevista, a  
775 aprovação fica condicionada a alteração do ponto de captação do eixo para o  
776 reservatório mais próximo, para qualquer reservatório, provavelmente o  
777 reservatório mais próximo que é o reservatório de Campos, para se ter uma  
778 ideia são apenas 6,5 quilômetros desse ponto até o reservatório de Campos, é  
779 uma obra complementar que pode utilizar a estrutura que já existe lá do poço  
780 de sucção, são R\$13,7 milhões, há uma concordância já do DNOCS com  
781 relação a essa obra, e uma concordância do MI em relação a isso.

782 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** A dúvida é exatamente essa, na  
783 altura do Pajeú, que atende 80% da cidade de Pernambuco, em princípio agora  
784 a cidade de Princesa Isabel na Paraíba, mas já foi contatado com MI e DNOCS  
785 que vão fazer alteração desse projeto da adutora do Pajeú, é um projeto que  
786 está aprovado a bastante tempo e agora no caso vai ser feita a alteração dessa  
787 captação 480 L/s ao invés de ser do canal passa ser na Barragem.

788 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A aprovação da captação no  
789 Canal segundo o Jimmu, foi feita antes da resolução de vocês, então deve ser  
790 adaptada, mas a gente vai ter um tempo de adequação até para inserir no  
791 orçamento o custo, mesmo sendo pequeno eu tenho que ter o planejamento  
792 para o orçamento do ano que vem e tudo mais.

793 **O SR. OSCAR CORDEIRO NETTO (ANA):** Inclusive hoje mesmo eu  
794 encaminhei aqui para o MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, respondemos a essa  
795 sua consulta, na verdade até propondo que houvesse um tempo de adaptação,  
796 solicitamos ao MINISTÉRIO um cronograma de execução dessa solução  
797 definitiva, para que a gente possa avançar na discussão. Enfim, fica o alerta

798 para os Estados de que qualquer captação para abastecimento para  
799 abastecimento humano diretamente nos canais, aliás operado pelas  
800 companhias Estaduais de saneamento está em desconformidade com as  
801 regras da operação.

802 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Vocês precisam ver o  
803 seguinte, o atendimento dessas comunidades rurais, as EPR mas infinidade de  
804 comunidades rurais daqueles do sistema, que inclusive o ministério já repassou  
805 o dinheiro para os estados, só o Ceará recebeu não sei quantos milhões, eu  
806 acho que boa parte do Ceará é ali, só tem aquele trecho de canal que cruza na  
807 região ali em Mauriti, Brejo Santo e ali depois daquelas barragens conjugadas  
808 ali em Brejo Santo não tem mais barragem não, e esses projetos já foram tudo  
809 feito e licitados.

810 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Nós consideramos isso, essa comunidades  
811 rurais como eu falei, elas estão previstas no licenciamento ambiental, então é  
812 uma obrigação do MI para cumprir esse licenciamento e atender essas  
813 comunidades, são 75 L/s de vazão total para dessas comunidades, são 65  
814 captações, esse é o total mas as vazões média variam de menos de 1 litro de  
815 até no máximo 6 L/s por ponto de captação, são captações pequenas que na  
816 nossa avaliação você consegue soluções de engenharia de acumulação de  
817 água, então na resolução para essas comunidades a gente colocou que é  
818 preferencialmente nos reservatórios, então se for possível nos reservatórios, se  
819 não fica onde já está previsto nos "PBA's" já tinham previstos.

820 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** O problema do projeto  
821 de São Francisco é porque ele não uma coisa que todos os canais dessa  
822 magnitude têm, comportas ao longo de 5, 10 quilômetros, só colocou  
823 comportas na saída dos reservatórios, então quem projetou o canal lá atrás nos  
824 anos 90, início dos anos 2000, se tivesse as comportas você podia manter o  
825 canal cheio mesmo com o bombeamento parado por um tempo, e para essas  
826 vazões pequenas resolveria, é o caso ainda é tempo, você pode colocar  
827 comportas baratas, nós fizemos isso no canal do trabalhador do Ceará, para  
828 exatamente garantir essas captações pequenas.

829 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Teixeira você ainda agiliza, ajuda  
830 na manutenção porque um canal seco ele tem o efeito subpressão que quebra  
831 a placa, destrói uma série de coisas, se mantivessem ele cheio d'água, não  
832 estaria exposto ao sol nem teria o problema de subpressão.

833 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA).** Vamos em frente, o PGA de 2018 é isso,  
834 PGA de 2019, esse cronograma que está aparecendo na tela é o cronograma  
835 das condições gerais de prestações de serviço aquela de dezembro do ano  
836 passado, ele estabelece até 15 de julho o prazo para a ANA fazer reuniões  
837 com os estados para discutir as regras de operação dos reservatórios, como  
838 vocês sabem a ANA tem responsabilidade desses reservatórios de domínio da  
839 União, temos feito essas reuniões, dessas reuniões já saíram até uma  
840 recomendação para Barra do Juá que recebe a água do Eixo Leste em  
841 Pernambuco de uma demanda lá de cerca 1 m<sup>3</sup>/s para atender um perímetro  
842 de irrigação, o outro Poço da Cruz não solicitou um vazão, enfim essas

843 reuniões fazem parte do nosso processo contínuo de trabalho, não só nesses  
844 reservatórios beneficiados pelo PISF, mas todos os reservatórios onde a gente  
845 atua no Nordeste. O passo seguinte é o encaminhamento pelo estados, é  
846 importante essa reunião hoje aqui, dos planos operativos anuais, que são as  
847 demandas de cada estado para o ano de 2019, no ano de 2019 pela previsão  
848 que o MI apresentou nós vamos ter condições de atender o estado do Ceará  
849 pelo Eixo Norte, então precisamos ter as demandas além da Paraíba e de  
850 Pernambuco para o Eixo Leste, tem também as demandas do Ceará para o  
851 Eixo Norte e eventualmente uma demanda da Paraíba para o Eixo Norte, e  
852 eventualmente até o Rio Grande do Norte se houver interesse do Rio Grande  
853 do Norte em receber água do PISF em 2019, então é muito importante que os  
854 estados estejam atentos a esse prazo 15 de agosto para envio das suas  
855 demandas para a CODEVASF, que é o plano operativo anual precisa ter a  
856 discriminação daquelas informações que eu mostrei, o ponto onde está  
857 localizado a retirada, a vazão, a categoria de usuário, se a operadora estadual  
858 se é um SAI, se é comunidade produtiva rural e se aquela demanda é para  
859 abastecimento humano, irrigação ou outros usos, então mais uma vez 15 de  
860 agosto de 2018 é menos de um mês da data de hoje, é preciso que os estados  
861 logo prepararem essa proposta e encaminhar para a CODEVASF, a  
862 CODEVASF tem um prazo até 15 de outubro para consolidar essas demandas,  
863 fazer seu planejamento interno e encaminhar para a ANA, e a ANA até 15 de  
864 novembro para se manifestar com relação a proposta, e finalmente até 15 de  
865 dezembro o PGA deve ser publicado, uma vez publicado ele passa a ser um  
866 anexo do contrato entre a operadora estadual e a CODEVASF, ele vincula esse  
867 contrato porque os valores contratados pela operadora estadual vão ser  
868 aqueles que constam no PGA, o estado fica com a responsabilidade de pagar  
869 as tarifas em função do que for contratado no PGA, então é importante 15 de  
870 agosto desse ano o envio dos planos operativos anuais. Agora tarifa para 2018,  
871 antes de entrar na tabela só vou explicar como ela foi calculada, como todos  
872 vocês sabem, nós discutimos em 2017 uma metodologia de cálculo da tarifa,  
873 essa metodologia passou por uma audiência pública, onde recebemos  
874 contribuições dos estados, da CODEVASF e outros interessados, então nos  
875 consolidamos em 2017 a tarifa, e fizemos um cálculo naquele momento que  
876 era uma estimativa de tarifa com base na vazão total que era 26,4 , estão  
877 lembrados de uma valor de 400 a 500 milhões de reais ano, para esse ano nos  
878 utilizamos então a mesma metodologia, apenas fizemos uma atualização dos  
879 valores porque a referência daquela metodologia era julho/16, agora  
880 atualizamos para dezembro/17, então custos de operação e manutenção,  
881 salários, cargos, enfim todos os valores que foram considerados foram  
882 atualizados para dezembro de 2017, também atualizamos o valor da energia  
883 elétrica, consideramos o valor mais recente que a gente tinha que a  
884 CODEVASF contratou que é de R\$ 378,00 /MW, então chegamos então em  
885 um valor total, que vocês estão vendo ali de 291 milhões, mais ou menos que é  
886 o custo de operação e manutenção para o ano todo de 2018, depois eu vou  
887 explicar o cálculo para o que vai ser operado mesmo de operação comercial de  
888 2018, custo total anual é de R\$291, milhões de reais e esse custo se divide em  
889 duas parcelas, a fixa e a variável, vocês conhecem a metodologia, fixa é aquela  
890 parcela que os estados tem que pagar independentemente de haver

891 bombeamento e ela corresponde a todos os custos que existem independente  
892 do bombeamento, então aluguel de sede, salário de pessoal, custo de energia  
893 elétrica fixos, todos os custos que existem independentemente de haver  
894 bombeamento, daí o valor é de quase R\$ 154 milhões de reais, tem uma  
895 característica interessante, vocês estão vendo ali o valor para Paraíba é de R\$  
896 36 milhões independente da vazão bombeada, e Pernambuco R\$ 5,7 milhões  
897 independente da vazão bombeada, aparece ali um valor para União de R\$112  
898 milhões, a lógica é que o sistema hoje não está totalmente disponível, então  
899 por exemplo o Eixo Norte, ele não está disponível ainda para os estados e uma  
900 parte do Eixo Leste corresponde ao ramal do Agreste também não está  
901 disponível, o estado não tem como pleitear uma determinada parcela da vazão  
902 porque ela não está disponível porque a UNIÃO ainda não concluiu a obra,  
903 então essa parcela não disponível para os estados, ela na nossa avaliação  
904 deve ser paga pela UNIÃO, até que a União disponibilize essa parcela da  
905 vazão para os estados, fazendo uma analogia que o Mota bolou, é como um  
906 condomínio que você muda, e você é o primeiro morador do condomínio,  
907 quando você entra para morar no prédio novo, então você entra recebe seu  
908 apartamento você passa a pagar taxa de condomínio do seu apartamento,  
909 agora o apartamento do lado que o morador ainda não entrou tem quem paga  
910 a taxa de condomínio é a construtora e ela fica pagando até que o morador  
911 entre no seu apartamento e assine o contrato, então no nosso caso a UNIÃO  
912 seria a construtora, e ela fica arcando com a taxa de condomínio até que o  
913 apartamento esteja disponível para o morador entrar e morar, o meu  
914 condomínio por exemplo eles fizeram dois blocos primeiro e depois fizeram  
915 mais outros dois blocos, então a construtora ficou pagando o custo do  
916 condomínio referente aos dois blocos que ainda não estavam prontos, até que  
917 eles ficassem prontos e os moradores entrassem, então é mais ou menos essa  
918 analogia, mas enfim, o custo existe, a CODEVASF precisa do recurso, ele foi  
919 calculado, está discriminado aí, e está associado nesse momento à UNIÃO,  
920 essa é uma situação excepcional, transitória e que vai acabar assim que as  
921 obras foram sendo entregues, então é isso. Com relação a parcela variável,  
922 essa só ocorre quando há o bombeamento, seu custo está praticamente todo  
923 associado aos custos de energia elétrica do bombeamento, vai ser proporcional  
924 a vazão entregue, claro só tem um valor associado ao estado de Pernambuco  
925 e o outro é o valor do estado da Paraíba R\$ 118 milhões para Paraíba e quase  
926 19 milhões para Pernambuco se eles bombear em toda a vazão que está  
927 prevista no PGA totalizando R\$ 137 milhões de reais, então esse é o custo  
928 anual, Deusdete você achou caro ou barato?

929 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA (PB):** Caríssimo

930 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Qual é essa vazão  
931 média?

932 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** 4,67

933 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mas de Pernambuco da  
934 5 e pouco?

935 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Isso 5 e pouco.

936 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Eu digo é o total.

937 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Isso total.

938 **O SR. Patrick THOMAS (ANA):** só um pouquinho, só para entender um pouco  
939 da UNIÃO, se a gente estivesse entregando toda a vazão automaticamente  
940 esses 112 migraria para Pernambuco.

941 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Na verdade não, ali o custo total do projeto,  
942 então tem o Eixo Norte também.

943 **O SR. MARCEL OLIVI (MP):**Estou falando o Eixo Leste.

944 **A Sr.<sup>a</sup>. MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Seria 27.

945 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Seria 27, veja essa divisão foi feita com  
946 base nas vazões, então pegamos as vazões, que estão solicitadas para  
947 Pernambuco e Paraíba, e associamos, apropriamos do custo total a proporção  
948 ela tivesse as vazões para Pernambuco e Paraíba, o restante da vazão foi  
949 apropriada para UNIÃO, amanhã quando o Eixo Norte estiver pronto e  
950 disponível, quando o Ramal do Agreste estiver pronto aí você vai disponibilizar  
951 para Pernambuco uma vazão maior do que está disponível hoje, a parcela que  
952 está hoje para UNIÃO vai passar para Pernambuco. Eu só não queria fixar o  
953 valor, porque por exemplo, o Ceará pode pedir mais do que hoje está atribuído  
954 na outorga originalmente, então se ele pedir mais ele pode assumir uma parte  
955 daqueles 27.

956 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA:** Você está considerando que vazão de  
957 Pernambuco?

958 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** É a diferença entre 0,75 é a vazão  
959 originalmente prevista, que eu posso dizer já quanto é, é 4 e alguma coisa,  
960 4,95, eu tenho que ver aqui.

961 **A Sr.<sup>a</sup> MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Pernambuco é  
962 um pouquinho maior que a Paraíba.É cinco e pouco.

963 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** É a diferença entre 0,75 e 5 e pouco.

964 **O SR. MARCEL OLIVI (MP):**O Eixo Leste vai conduzir água para Paraíba e  
965 Pernambuco?

966 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Isso.

967 **O SR. MARCEL OLIVI (MP):** Então Paraíba eu tenho uma saída de água que é  
968 lá no boqueirão, na saída de Monteiro. Monteiro teoricamente está pronto, fora  
969 o conserto dos reservatórios, mas está pronto é possível?

970 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Isso.

971 **O SR. MARCEL OLIVI (MP):** Pernambuco não porque tem a saída do Ramal  
972 do Agreste? Obra iniciada Isso aqui é exclusivamente em função do Ramal do  
973 Agreste?

974 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Exatamente, quando o Ramal do Agreste  
975 ficar pronto a parcela total da UNIÃO zera.

976 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Patrick só uma coisa, enquanto  
977 não estava saindo o Ramal do Agreste, nós financiamos para Pernambuco a  
978 adutora do Moxotó, que vai tirar uma parte dessa vazão que estão pedindo,  
979 então tem que incluir a adutora do Moxotó porque já estão pedindo para  
980 bombear, está com adutora pronta para iniciar o bombeamento.

981 **SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Volta lá no PGA, é o segundo slide, ela está  
982 lá, está com 0,45, ali Moxotó 450 L/s, eles devem ter colocado a vazão de  
983 2018, mas eles colocaram. Enfim, eles já estão captando outros pontos, mas  
984 não estão usando ainda a vazão do Ramal do Agreste. Ficou claro?

985 **O SR. MARCEL OLIVI (MP):** Patrick, Pajeú também está nessa análise?

986 **SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Sim, mas é uma vazão menor, 260 litros para  
987 esse ano.

988 **O SR. O SR. MARCEL OLIVI (MP):** 2019 entra com vazão maior?

989 **SR. PATRICK THOMAS (ANA):** A credito que sim, eles ainda vão mandar para  
990 a gente, mas desse ano é 260 litros que é menos do que a capacidade. Marcel  
991 este claro?

992 **O SR. MARCEL OLIVI (MP):** Sim.

993 **O SR. MARCIO NAHAS RIBEIRO (MF):** Patrick, antes de fechar a dúvida do  
994 Marcel, eu não sei se tem mais alguém surpreso do quanto a pagar para  
995 UNIÃO, não sei se está previsto em despesas de pré-operação, se tem um  
996 taxímetro correndo enquanto as obras não entregam a capacidade de adução  
997 para os estados que vão receber, há alguma previsão no orçamento para  
998 custear isso? A despesa de pré-operação compreende parte dessa conta?

999 **A Sr.ª JULIANA SILVEIRA (MI):** Nas contas que foram feitas na ação que  
1000 ocorre dentro da pré-operação, como foi calculado, a energia que a gente ainda  
1001 vai precisar para o Eixo Norte, que vai está em fase de pré-operação total, o  
1002 contrato que a gente tem de pré-operação, provavelmente esse valor ele não  
1003 vai cair totalmente sobre a UNIÃO, porque boa parte ainda vai está sendo feito  
1004 sobre a pré-operação, esse valor que a ANA calcule é sobre o todo, só que a  
1005 partir do custo fixo do eixo Norte vai está sendo feita pela gente, não vai entrar  
1006 o valor total, agora se você me perguntar se foi pensado uma rubrica só para  
1007 bancar isso, não foi feito.

1008 **A Sr.ª CRISTIANE BATTISTON (MP):** A CODEVASF é uma empresa  
1009 dependente, tudo vai ter que está no orçamento, a diferença aqui é aquela  
1010 parte da Paraíba e Pernambuco vai entrar como receita para vocês, e a gente  
1011 coloca no orçamento aqui da CODEVASF.

1012 **SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Eu queria só fazer um comentário que você  
1013 mencionou fatura surpresa, não foi a ANA que inventou isso, foi criando uma  
1014 portaria, um grupo técnico interministerial com planejamento, com integração,  
1015 casa civil, que discutiu vários itens na gestão do PISF, esse foi um dos itens,  
1016 tem uma Nota Técnica do planejamento que apresenta as conclusões e essa é  
1017 uma das conclusões, da União arcar a parcela do custo referente a vazão não  
1018 disponível ainda, e outra coisa, a UNIÃO já está arcando, na fase de pré-

1019 operação, até que o sistema entre em operação na pratica a UNIÃO cobra R\$  
1020 291 milhões, quando começar a operação vai diminuir para 112 ou na verdade  
1021 vai diminuir para o complemento que faltar para a operação, então na verdade  
1022 não vai ter um desembolso de 112, os recursos estão sendo hoje transferidos  
1023 para o MI, vão ser para CODEVASF para operar o sistema.

1024 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA (PB):** Patrick em questão do PGA da Paraíba,  
1025 como é essa conta? A essa altura já vai estar pronta no fim do ano? Tarifa de  
1026 2018 não vai mais entrar em efetivação, não vai ser efetivada, a gente vai ter  
1027 que ter muito cuidado para 2019, principalmente João Fernando que está aqui,  
1028 que é da AESA, estimado 260 L/s para Paraíba pela adutora do Pajeú, hoje se  
1029 eu junto com o próximo ano inteiro eu não consigo mais de 30 L/s, ele está indo  
1030 da COMPESA para a Paraíba, o outro lado que a gente tem que levar em conta  
1031 é da adutora que está sendo feita da barragem de Boqueirão, uma bacia bem  
1032 próxima, o projeto está aprovado para Pernambuco, contraria a questão da  
1033 resolução e assim entrar na conta de Pernambuco, está indo captar na Paraíba  
1034 voltando para atender a cidade de Pernambuco, então a gente vai ter que  
1035 realmente ter muito cuidado para 2019, como a gente estava em 2018 na fase  
1036 de operação.

1037 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Pernambuco vai captar  
1038 na Paraíba.

1039 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA (PB):** Sim, vai levar para atender, mas faz  
1040 sentido, na verdade teria que pegar a água no canal, porque pegando no rio  
1041 que economiza bastante é logico que vai entrar na captação no PGA na conta  
1042 do Pernambuco.

1043 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Esse 260 veio no pedido da Paraíba, então  
1044 vocês mesmo que pediram, em 2019 vocês tem que levar isso em  
1045 consideração para detalhar esse pedido de forma diferente, agora a questão da  
1046 tarifa em 2018, vocês sabem que a outorga tem uma condicionante a Flávia vai  
1047 falar disso de que o início da operação deve ocorrer até 31 de dezembro de  
1048 2018, então estamos trabalhando com a perspectiva da operação comercial  
1049 começar em 2018, não vai ser pela falta de aprovação do PGA ou da tarifa, que  
1050 não vai ter operação em 2018, será por outros motivos, mas isso descumpra a  
1051 outorga, discussão que depois a gente tem que fazer, porque a nossa  
1052 recomendação é até de não prorrogar esse prazo de novo, por motivo de  
1053 gestão, mas vamos em frente, calculamos a tarifa unitária, dividindo esse valor  
1054 anual pelo volume total anual do PGA, chegamos o valor de PDD de R\$ 0,24  
1055 centavos para tarifa fixa, e de R\$ 0,80 centavos para tarifa variável, dando um  
1056 pouquinho mais de R\$1,00 do valor total, PDD para quem ainda não sabe é a  
1057 provisão de devedores duvidosos, que é o modelo de garantia que prevê um  
1058 acréscimo na tarifa para você capitalizar um fundo que a CODEVASF pode  
1059 acessar quando houver uma inadimplência para cobrir seus custos de  
1060 operação e manutenção, agora para essa garantia se efetivar precisa ter um  
1061 início de pagamento, porque se ninguém pagar desde o início esse fundo não  
1062 se capitaliza, se vocês tiverem interesse depois a gente pode mandar como  
1063 isso foi calculado, mas a ideia é essa e a nossa recomendação é que conste

1064 dessa tarifa de 2018 o PDD que ele seja acrescido a tarifa até que os estados  
1065 acordem com a CODEVASF uma garantia adequada que não aconteceu até o  
1066 momento, e para o cálculo de 2018, nós vamos considerar data em que o  
1067 contrato for assinado e a partir dessa data nós vamos ver o volume que vai ser  
1068 entregue até o final do ano, do valor a ser pago vai ser proporcionalmente  
1069 obviamente a esse volume, então se faltar um mês, por exemplo, se for  
1070 assinado dia 30 de novembro vai se 1/12 avos de 291, o valor que vai ser pago  
1071 vai ser proporcional, estados e UNIÃO, atenção a pizza ali que dá quase  $\frac{3}{4}$  do  
1072 valor total que está sendo arcado pela UNIÃO nesse primeiro momento, mas  
1073 isso é bem influenciado pelo fato do Eixo Norte não está operacional. Bom, tem  
1074 aqui alguns outros temas, essa resolução de condições mencionamos várias  
1075 vezes, estamos ultimando a publicação dos manuais de contabilidade de  
1076 controle patrimonial, isso é um assunto mais afeto a CODEVASF, concluímos  
1077 os manuais ele está na fase de aprovação pela diretoria, estamos  
1078 desenvolvendo uma nota técnica com resolução de indicadores de prestação  
1079 de serviços é como a ANA vai avaliar da CODEVASF está prestando um bom  
1080 serviço então tem diversos indicadores, por exemplo, perdas físicas tem o  
1081 indicador, indicadores de energia elétrica, eficiência, bombas estão sendo  
1082 operadas, fizemos um audiência pública, não recebemos contribuições dos  
1083 estados, está aqui um puxão de orelha de leve, não tivemos contribuições dos  
1084 estados era importante, recebemos da CODEVASF, mas isso vai afetar depois,  
1085 quando vocês reclamarem que a CODEVASF não está prestando um bom  
1086 serviço, com base nos indicadores que vamos avaliar se ela está prestando um  
1087 bom serviço, então estamos agora avaliando as contribuições que recebemos,  
1088 basicamente a CODEVASF, e por último está em discussão o modelo de  
1089 consórcio público, a Casa Civil coordena esse trabalho, estamos apoiando e  
1090 tem uma minuta de protocolo de intenções que elaboramos com o ministério,  
1091 vai ter uma reunião no dia 1º de agosto, para dar continuidade a essa  
1092 discussão do consórcio público, na casa civil, como alternativa se a operadora  
1093 federal em paralelo ao trabalho que o BNDES está desenvolvendo, eu vou  
1094 passar para a Flávia agora, para ela abordar questões específicas de  
1095 monitoramento e de segurança de barragens.

1096 **SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Tem uma proposta de protocolo de intenções  
1097 que a ANA elaborou com o Ministério da Integração, a casa civil que está  
1098 coordenando toda essa discussão, ela chamou para uma reunião dia 1º de  
1099 agosto para discutir essa proposta e dar os encaminhamentos, não sei se o  
1100 David ou o Zaqueu querem complementar essa informação.

1101 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** Está perfeito, então na verdade é uma  
1102 proposta de inicial que foi trazida pra gente de maneira mais concreta pela  
1103 ANA, juntamente com o MI, fecharam uma primeira versão de consenso, a  
1104 gente está discutindo conjuntamente, já tem uma outra reunião marcada para o  
1105 início de agosto, eu acho que o momento é bem oportuno porque no  
1106 Congresso Nacional, no Senado, estou até com a notícia aqui tem um projeto  
1107 de resolução do Senado 31 de 2017 que vai exatamente ao encontro dessa

1108 proposta, permite a formação de consórcio que seja de número municipal ou  
1109 estadual com possibilidade de financiamento de empréstimo, então é uma  
1110 solução que estamos discutindo ainda, no bojo de gestão maior, de gestão do  
1111 PISF, porque no primeiro momento não tem dúvida nenhuma que é o que está  
1112 na legislação atual, a operadora Federal CODEVASF vai assumir, a  
1113 expectativa é que assuma em curto prazo ainda essa não, depois tem outras  
1114 questões que estão sendo avaliadas até pelo BNDES, está contratando fundos  
1115 para uma nova concessão, existe essa outra possibilidade da formação de  
1116 consórcios públicos que a gente preferencialmente gostaria que fosse sem a  
1117 participação da UNIÃO, mas é uma questão que está em análise, mas eu  
1118 queria deixar bem claro que por mais bem vindas que seja essas novas  
1119 estruturas de gestão, a gente tem que ser bem claro que no primeiro momento  
1120 a gente conta até por força legal com a CODEVASF, então a CODEVASF é a  
1121 Operadora Federal do São Francisco, com isso estamos trabalhando para  
1122 agora, agora para o futuro esse modelo pode ser aperfeiçoado? Pode, estamos  
1123 discutindo na questão do consórcio.

1124 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Só complementando a resposta,  
1125 o Ministério entende que tem que iniciar, até pelas negociações com a ANA,  
1126 tem que iniciar as operações comerciais até o final do ano, e pretende que  
1127 estejam assinados os contratos com os estados que são atendidos pelo Eixo  
1128 Leste pelo menos até 31 de dezembro.

1129 **A Sr.ª FLÁVIA BARROS (ANA):** Eu vou fazer um panorama da questão da  
1130 fiscalização do PISF e nossas estações de monitoramento da construção e da  
1131 pré-operação, então a ANA tem atribuição de fiscalizar o uso dos recursos  
1132 hídricos, fiscalizar a segurança de barragens e fiscalizar o serviço público de  
1133 adoção, então o PISF com essas 3 atribuições nossas, nós temos que olhar o  
1134 PISF para essas 3 atribuições e a ANA tem acompanhado, tanto  
1135 implementação a construção e a pré-operação do sistema, com relação a  
1136 fiscalização do uso e foi o que Patrick comentou agora mesmo, na última  
1137 resolução da outorga que já foi revista o prazo para início da operação da  
1138 primeira fase do empreendimento é dia 31 de Dezembro de 2018 e aqui que a  
1139 gente fiscaliza os termos de outorga as condições da outorga e com isso, e  
1140 com isso as vazões captadas nas estações de bombeamento, as condições de  
1141 operação definidas e os principais aspectos com relação também a  
1142 implantação da cobrança, então para iniciar essa primeira etapa tem que  
1143 implantar a cobrança de adoção e a operação e manutenção dos  
1144 equipamentos de monitoramento das vazões e a locação das águas do PGA,  
1145 então as nossas preocupações também são as vazões entregues nos pontos  
1146 de entrega do PISF, vou comentar um pouco ali na frente, então a gente está  
1147 com essa data que o Luitgards comentou que a gente está esperando dia 31  
1148 de Dezembro tem início da operação oficial, se não vamos ter uma nova  
1149 revisão de outorga e essas questões todas, com relação a segurança de  
1150 barragens, a gente verifica o atendimento da resolução da ANA é a 236 de  
1151 2017, essa resolução ela determina as questões dessas questões de

1152 segurança de barragens, e a elaboração de inspeções especiais elaboração  
1153 do Plano de Ação Emergencial o plano de segurança e o plano de ação  
1154 emergencial e as revisões periódicas e com isso a gente também tem  
1155 acompanhado os enchimentos dos reservatórios como um todo e o que tem  
1156 acontecido com as barragens no caso das barragens que tiveram problemas de  
1157 segurança, a ANA acompanha constantemente, as barragens do eixo leste são  
1158 12 barragens, todas elas já tem o plano de segurança e tem o PAE, os  
1159 acidentes de Barreiro que foi em março de 17 e que agora o Luitgards  
1160 comentou que concluiu, nós estivemos lá durante a recuperação da barragem  
1161 logo que aconteceu o problema também, tem Cacimba Nova que também teve  
1162 problema e a gente tem 2 barragens aí que sei que vocês também já estão de  
1163 olho que é Braúnas e Barro Branco que já identificamos alguns problemas que  
1164 a gente, quando a equipe do ANA vai para campo e identifica algum problema  
1165 a gente imediatamente notifica e comunica o MI para ir acompanhando junto  
1166 com eles, com relação ao Eixo norte são 16 barragens, a barragem de Tucutu,  
1167 Terra Nova e Serra do Livramento elas já estão com o plano de segurança e  
1168 estão com o PAE elaborado e o enchimento foi concluído e as inspeções  
1169 especiais foram realizadas, e o que acontece quando ela vai encher e vai ter  
1170 uma inspeção especial, que é essa inspeção que vai definir nesse enchimento  
1171 se tem algum problema, como recuperar a barragem, então é fundamental que  
1172 tenha inspeção especial, a barragem de Mangueira ela está em fase de  
1173 enchimento, essas informações que eu estou passando são exatamente que a  
1174 gente recebe oficialmente do MI e com as nossas idas a campo a gente vai  
1175 checando, ela já tem inspeção especial já realizada e o PAE e o plano de  
1176 segurança nós sabemos que ele já foi feito, mas ainda não foi apresentado,  
1177 então ainda não temos ainda para ANA essa barragem não tem nem o PAE e  
1178 nem o plano de segurança, o PAE não foi nos entregue, as demais barragens o  
1179 que o MI tem feito à medida que ele vai construindo a barragem vai fazendo o  
1180 PAE e vai fazendo o plano de segurança e vai nos encaminhando a  
1181 documentação aí a gente tem acompanhado passo a passo essa questão, com  
1182 relação a fiscalização do serviço público de adoção nós acompanhamos então  
1183 a execução do PGA as vazões dos volumes de entregas, a gente vai ter que  
1184 acompanhar isso, os indicadores de desempenho que está em fase de  
1185 avaliação da ANA para emitir a resolução, a parti dessa resolução dos  
1186 indicadores de desempenho a gente vai fechar a nossa resolução sobre  
1187 fiscalização de serviços, porque a fiscalização tem tudo a ver com quais são os  
1188 indicadores e como a gente vai fiscalizar esses indicadores e tem as exigências  
1189 específicas sobre a instalação de equipamentos de medição de vazão que eu  
1190 vou comentar a seguir, então o que nós temos discutidos e o que ainda a gente  
1191 espera que até dezembro que essas questões todas ainda sejam resolvidas e  
1192 concluídas, a instalação dos medidores de vazão a totalização dos volumes  
1193 então ele ainda precisa concluir e definir esses medidores, definir essa  
1194 instalação nos pontos de entrega estabelecidos no PGA e que a gente receba  
1195 essa informação, a gente está fazendo esses ajustes para quando a ANA vai  
1196 ter acesso a esses dados continuamente, o sistema de troca de informação a

1197 gente precisa ajustar, a adequação da instalação de medidores de vazão do  
1198 Eixo Norte tem alguns medidores no Eixo Norte que tem problema não foram  
1199 instalados conforme a especificação técnica, então o próprio MI já tinha um  
1200 relatório que já tinha nos passado e eles estão avaliando como rever isso aí,  
1201 como ajustar porque eles não vão dar vazão necessário então a gente precisa  
1202 ajustar essa questão.

1203 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Luitgards, era só, já que  
1204 a Flávia abordou um pouquinho aí no final o que era esses reservatórios e  
1205 associados né ao PISF né, que são impactados direto ou indiretamente com a  
1206 água transferida. Eu acho que recebi algum dia, não sei se foi ANA ou foi de  
1207 vocês aqui, uma metodologia para inspeção de reservatório que vai receber  
1208 água, acho que tinha alguma coisa, tinha não? A segurança de barragem, acho  
1209 que era esse organograma das ações está não? o reservatório estava naquele  
1210 organograma das ações estava não?

1211 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI) :** Não.

1212 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Os reservatórios estão  
1213 em condições de receber? não está não.

1214 **A Sr.ª MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** Não. O que tem  
1215 ali, e que o estado quando quiser fazer pedido de liberação de água, tem que  
1216 vim um parecer falando se o leito que vai receber essa água, está em condição  
1217 se está tudo certo.

1218 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** E se o reservatório está  
1219 bem.

1220 **A SR.ª MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** E se o  
1221 reservatório também, isso.

1222 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Eu coloquei isso,  
1223 porque, a gente já vem de algum tempo com Agência Nacional de Águas,  
1224 tentando resgatar uma perda de cooperação que a gente tinha com o DNOCS,  
1225 desde ano de 2000, desde o ano 1994, você não tinha nem nascido ainda.  
1226 Desde o ano 1994 que a gente tem um termo de cooperação com o DNOCS,  
1227 Secretária de Recursos Hídricos, e que o DNOCS, e depois que a COGERH  
1228 nasceu da revitalização e também a ANA quando surgiu em 2000, passou a ser  
1229 tri partido, assinando o estado através da SRH e Agência Nacional de Águas e  
1230 a COGERH, DNOCS e ANA, então só o estado e ANA que era desde 1994.  
1231 Então nunca houve um programa pra gente trabalhar junto aos reservatórios é  
1232 trabalhar sobre tudo a gestão das águas, alias a coisa está muito informal que  
1233 a gente tenta desde 2016, em Luitgards, que foi naquela reunião no Ceará que  
1234 a gente apresentou como modelo alternativo para aquilo que estado tem de  
1235 compromisso né, que seria passar as barragens para os estados, eu digo  
1236 alternativamente para não matar o DNOCS de vez, a gente pode fazer aquele  
1237 termo de parceria que tinha no Ceará, maldita hora que eu fui dizer isso.  
1238 Porque quando eu fui dizer isso aí, desde 2016 que está em cima da mesa do  
1239 Diretor Geral do DNOCS para a gente renovar esse termo de cooperação e  
1240 não se consegue aí a gente ficou no limbo até para poder trabalhar a questão

1241 de segurança de barragem que o estado e o outorgante de praticamente de  
1242 todas as barragens que tem no Ceará, que quase todos os rios no Ceará são  
1243 estaduais né, nós somos, vamos dizer os fiscalizadores segundo a lei de  
1244 segurança de barragem, nós somos fiscalizadores do Castanhão, Orós  
1245 ,Banabuiú, nós somos os fiscais, e eu estou inclusive baixando a portaria que  
1246 determinando que a COGERH intervenha nas barragens do DNOCS caso o  
1247 DNOCS não as recupere ne, usando a lei de segurança de barragem na figura  
1248 do fiscalizador que dirá que se o DNOCS não recuperar a barragem, o  
1249 fiscalizador pode mandar recuperar, antecipadamente já de acordo com a  
1250 COGERH, mas só que isso causa um conflito, uma confusão, o estado entrega  
1251 a obra federal, na área federal, e prejudica um pouco também a locação de  
1252 área, que sempre foi uma coisa consagrada do estado e a ANA está tentando  
1253 resolver isso, a gente tentando fazendo um acordo de cooperação de estado e  
1254 ANA sozinho, que o DNOCS recusa assinar, aí eu volto a pensar que não sei  
1255 como fazer para passar tudo que é de açude para o estado, não sei se precisa,  
1256 que as vezes nós recebemos uns reservatórios do DNOCS de menor porte,  
1257 acho que através de uma lei aprovada no Congresso Nacional.

1258 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI) e Sr.ª MARIANA PRADO**  
1259 **FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** No Senado.

1260 **A SR.ª MARIANA PRADO FRANCESCHI DE ANDRADE (MI):** No Senado.

1261 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** No Senado, então pega  
1262 essa lei no Senado e mandar passar tudo para o estado, para poder cumprir  
1263 aquele termo de compromisso, Ceará recebe, Castanhão e tudo.

1264 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Os Senadores do Nordeste e que  
1265 tem que resolver isso, porque os Senadores do Nordeste também são quem  
1266 indicam o Diretor do DNOCS. Esse conflito aí e interesse dos próprios  
1267 Senadores, porque é simples deles resolverem.

1268 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Porque isso vai ser um  
1269 problema, para atender esse termo de cooperação da ANA entendendo, vai ser  
1270 um problema, vai ficar pendente que a gente fica num jogo de empurra, nós  
1271 estamos lá.

1272 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI) :** Teixeira, se lembra que nós já  
1273 tivemos reunião com o Ângelo presente, que a gente tentou fazer isso, e o  
1274 Ângelo trouxe, a Procuradoria dele e disse que ia entrar com ação. Tem uma  
1275 ação contra o Ministério contra essa atuação de repasse de açudes porque é  
1276 patrimônio do DNOCS que é um órgão.

1277 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Não, eu digo que estou  
1278 para fechar com a COGERH e o DNOCS passam a ser sediar agora no estado,  
1279 porque ele não cobrar água, então passa a ser o gestor né, então lá entra o  
1280 DNOCS até, mais precisa resolver isso está entendendo, assim, tudo bem, está  
1281 acabando o governo. O próximo governo a gente ver aí, de repente. Somente  
1282 sei nem se o DNOCS ainda vai existir né.

1283 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA (PB):** Situação parecida como essa tem lá na  
1284 Paraíba na Barragem do Boqueirão.

1285 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** E que assim a gente  
1286 trabalhou objetivamente, vou ser muito franco, a gente trabalha com DNOCS,  
1287 dentro do espírito de parceria respeitando as esferas de liderança o Ceará  
1288 sobre tudo ao DNOCS, só eu estudei na universidade devo ter tido uns 10  
1289 professores que eram do DNOCS e altamente qualificado. Mas o DNOCS foi  
1290 passando por esse processo, a gente tentou resgatá-lo em diversos momentos  
1291 no governo federal ne desde Lula e Dilma, com paciência, o governo federal  
1292 nem com Fernando Henrique, nem com Lula e nem com Dilma quiseram  
1293 reabitar o DNOCS, resgatar o DNOCS. E aí assim, quando você tem uma  
1294 parceria que não ajuda em nada, mas não atrapalha, tudo bem. Mas depois  
1295 que passa atrapalhar, a gente tem uma parceria desde 94 que não ajudava,  
1296 mas também não atrapalhava ne, mas agora atrapalha. Eu recebi uma carta  
1297 presente chega a ser uma coisa ne. E vamos dizer uma piada, eu que disse  
1298 tanto da COGERH e eu como secretário, nós recebemos uma carta de um juiz  
1299 comunicando, ele não proibiu da gente chegar perto da Barragem do DNOCS,  
1300 mas ele nos notificou dizendo que a diretoria do DNOCS não queria que  
1301 técnicos da COGERH da Secretaria do estado de se aproximar-se das  
1302 barragens do DNOCS, deixasse de ir lá, para manobrar os dispositivos da  
1303 barragem do DNOCS. O Castanhão aberto assim, ele tem bacia de localização  
1304 do conselho estadual, e a gente vai liberar a água, mês a mês muda aquela  
1305 vazão de um prazo para o outro, a gente liga para o operador do DNOCS,  
1306 ligava ne, abre mais, o que decidiram, aí hoje quem abre e o funcionário da  
1307 COGERH, engraçado que tem um negócio da justiça, viu Luitgards, tem um  
1308 negócio da justiça que o técnico da COGERH não pode chegar perto, mais na  
1309 hora de abrir a válvula do Castanhão, o DNOCS não tem técnico, quem abre  
1310 e o da COGERH, eles vão lá e pede. E, pede para a gente abrir, e aí, assim,  
1311 antigamente seria automático, hoje para você ter uma ideia, precisa de um  
1312 Diretor da COGERH passa um e-mail para o Diretor Geral do DNOCS. Pro  
1313 Diretor Geral do DNOCS passa para outro, para pedir para cara lá e abre a  
1314 torneira do açude, porque o sujeito que está lá não abre, se não for autorizado  
1315 pelo Diretor Geral ne, e o cara é formado em educação física. E cuida lá da  
1316 operação do DNOCS então a gente está nessa seguinte situação ne, eu sei  
1317 que ninguém vai resolver agora.

1318 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** E que espera pelo governo e  
1319 complicado.

1320 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** E, eu sei.

1321 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Mas assim, pode tentar entre  
1322 nós. O que você acha?

1323 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** E difícil resolver agora.  
1324 Olha eu digo que lá na frente ne, isso vai ter problema. A gente vai ter que ver  
1325 como se resolver isso. Eu era uma pessoa que na época ajudei a negociar  
1326 esse termo de cooperação aí a ANA meio que impôs isso de passar os açudes  
1327 de para os estados, parece que o Benedito Braga que era diretor da ANA  
1328 estava adivinhando isso, que ia acontecer no futuro, e nós fomos contra né, e  
1329 nós que temos que passar o açude do DNOCS para os estados não, primeiro  
1330 os estados não estão preparados e o segundo vocês vão acabar com o

1331 DNOCS, mas segundo passamos os açudes e tal, como povo nordestino e  
1332 cearense não quer isso né, mais chegou num ponto que, sabe, que é um  
1333 problema, eu não estou dizendo que vai ter que resolver agora isso, mais e  
1334 algo que a gente tem que pensar como fazer. E assim, uma vez eu escutei de  
1335 técnicos do Ministério do Planejamento, da Fazenda numa reunião dessa, e  
1336 tudo, lá atrás o Ciro era Ministro aqui, aí nós fomos trabalhar ajudando o  
1337 DNOCS o Santana era Diretor Geral do DNOCS fomos no Planejamento  
1338 negociar uma verba para poder a gente ter um valor anual para manter as  
1339 barragens do DNOCS, olha nós estamos aqui na maior dificuldade para manter  
1340 o próprio São Francisco certo, para desenvolver a manutenção das barragens  
1341 do DNOCS, a União todo ano mandava o dinheiro, aí o cara da União se virou  
1342 para a gente e do Ministério do Planejamento na época, e disse assim, a União  
1343 já fez as barragens, fez tudo, não dava para vocês de ir lá estado minimamente  
1344 arruma uma forma de manter essas barragens, já que o estado tem a  
1345 sociedade tem tudo, o papel do cara a gente já fez tudo. Acho que hoje a gente  
1346 cobrar a água e realmente, e temos condições de uma manutenção mínima. A  
1347 gente entende que a União fez o papel dela, e dá para gente usar e  
1348 desenvolver a manutenção dessas barragens né, mais, precisa tomar essa  
1349 decisão política aí, eu sei que o momento é difícil. Mais e algo que tem que  
1350 pensar.

1351 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** Bom, te agradeço né, pelas suas  
1352 colocações, acho que um privilégio nosso, contar contigo, porque, além de  
1353 conhecer muito do plano, você tem todo esse histórico. Inclusive participou aí  
1354 da elaboração do termo de compromisso, que foi inclusive assinado na época  
1355 foi assinado como Ministro né que na época o Ministro era o Ciro. Então o que  
1356 ocorre, e nós no ponto vamos assim servidores públicos aqui do estado, a  
1357 gente só pode fazer aquilo que está na lei, claro que não é uma cláusula  
1358 pétrea, a gente pode negociar, discutir, aperfeiçoar né, mais tiver assinado com  
1359 força legal para produzir efeitos e esse termo de cooperação de 2.005. Então  
1360 até segunda ordem, a melhor entendimento a gente vai está dando  
1361 cumprimento aqui, agora, nada impede né, da gente fazer uma reunião ou  
1362 várias né, acho que na questão de nenhuma reunião com o DNOCS e etc. E  
1363 buscar uma terceira imagem aí né, do rio né, uma solução talvez melhor né,  
1364 mais o que nós temos hoje, sendo bem franco contigo e o termo de  
1365 cooperação, que está lá colocado o compromisso da União e dos estados é um  
1366 dos nossos compromissos e realmente que essa seção dos ativos dos bens né,  
1367 seja feito, então estamos trabalhando para isso. Agora podemos ter  
1368 entendimento diferente dessa questão no futuro, podemos, então, aqui me  
1369 coloco a disposição e que a Casa Civil está à disposição pra gente fazer outras  
1370 reuniões juntamente com o DNOCS para poder discutir isso sem a presença do  
1371 DNOCS, do Ângelo, da equipe dele, mas é o que temos hoje né.

1372 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Assim de forma objetiva,  
1373 você as vezes quer fazer um giro e faz um "giral", o que o DNOCS pensa hoje.  
1374 A COGERH passa parte da arrecadação para a gente, você sabe que, o que o  
1375 DNOCS arrecada vai para conta do tesouro, a dificuldade de voltar para o  
1376 DNOCS é difícil, ninguém sabe se o DNOCS vai aplicar na manutenção. Se é

1377 para fazer isso vamos logo encontrar uma forma de passar o açude para o  
1378 Estado, que o dinheiro que o Estado arrecada mantém ,que é o que está no  
1379 termo de compromisso que os Estados assinaram junto com os Ministros da  
1380 época, que era receber os açudes que seriam reabilitados, o papel da União  
1381 seria de reabilitar e passar para os Estados e isso nós estamos dispostos a  
1382 absorver, só para lembrar isso aí.

1383 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Eu ia perguntar, mas já vi que  
1384 estão prontos para responder se a Paraíba tem interesse em receber.

1385 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Tem, tem na primeira reunião que  
1386 teve aqui, espero o cumprimento do termo de compromisso, nesse aspecto  
1387 também, eu queria rapidamente, eu queria rapidamente, temos um problema  
1388 em Boqueirão que é exatamente um fato de a gente vai pagar pela água que  
1389 sai, Boqueirão parte da água sai para irrigação e a outorga é dada pela ANA, a  
1390 gente tem que encontrar uma forma, é o mesmo caso do no Eixo Norte a  
1391 outorga é dada pela ANA na bacia do Piancó - Piranhas – Açú, agora eu  
1392 queria dois temas aí bem rapidinho, foi citado a questão da expectativa que o  
1393 governo Federal tem, de que a gente possa assinar este contrato até o final do  
1394 ano deixei para o final porque para deixar claro o seguinte tive uma reunião  
1395 com o Davi , Manoel Renato, Demerval , eu sozinho da Paraíba tinha uns dez  
1396 do Governo Federal, me colocaram no canto de parede, não literalmente, mas  
1397 pressionando e com razão é importante que a gente assine este documento,  
1398 agora para deixar claro que o que é que foi feito para não parecer que a  
1399 Paraíba está parada e está se aproveitando do fato de que está em pré-  
1400 operação ou recebeu a água que já recebeu, que recebeu até o mês de Abril,  
1401 já que de lá pra cá está parado e não tem interesse de resolver a questão,  
1402 muito pelo contrário sempre nessas reuniões deixamos claro a posição do  
1403 estado, que pretende e quer resolver e tem consciência da necessidade de  
1404 resolver a questão da necessidade de operação e manutenção do canal, agora  
1405 não é uma coisa simples se os senhores se recordam o modelo está pronto ele  
1406 se adapta perfeitamente ao Ceará, a princípio pela lógica entre um contrato da  
1407 CODEVASF com a COGERH que é uma empresa de economia mista já do  
1408 Ceará no caso da Paraíba nós não temos o órgão, quem vai fazer a gestão das  
1409 águas é uma autarquia a AESA, a companhia estadual é a CAGEPA então o  
1410 estudo que foi feito no estado a gente apresentou a cerca de dois meses né  
1411 Davi acho que um mês e meio a dois meses foi feito um estudo pela CGE do  
1412 Estado de um grupo de trabalho para apresentar uma proposta, aquela  
1413 proposta inicial do contrato e o modelo de contrato difere eu diria bastante da  
1414 que está proposto pelo Governo Federal o entendimento do estado é que o  
1415 contrato tem que ser assinado CODEVASF e Governo do Estado da Paraíba,  
1416 a questão das garantias estão previstas ,voltou toda a discussão, as garantias,  
1417 o governo do Estado não tem como fazer aquele aporte inicial para formação  
1418 do fundo a ideia nossa e que a formação do fundo seria ao longo de 24 meses  
1419 com uma percentual acrescido na tarifa, e aí o David me ligou na segunda  
1420 feira, é foi ontem, perguntando e aí qual a expectativa da Paraíba, acha que é

1421 possível de aprovar isso até o final do Ano, a gente esta no ano eleitoral o  
1422 modelo que está aprovando que a gente propôs e que está sendo estudado é  
1423 um formação de um fundo estadual de segurança hídrica, a ideia de um fundo  
1424 no contrato do CODEVASF e Governo do Estado e esse fundo receberia  
1425 recursos do governo do Estado, do usuário irrigante através da AESA e de um  
1426 usuário consumidor urbano através da Companhia Estadual de Saneamento -  
1427 CAGEPA

1428 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** No caso o contrato não  
1429 seria com a CAGEPA?

1430 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Pois é não seria com a CAGEPA,  
1431 a CGE e procuradoria do estado entende que não pode ser contrato com a  
1432 CAGEPA, A COMPESA vai assinar o contrato? no caso da Paraíba a  
1433 procuradoria entende que não pode ser com a CAGEPA, você viu foi colocado  
1434 ali a vazão que o estado da Paraíba espera receber 4,67m<sup>3</sup>/s o que vai ser  
1435 retirado pelo consumo humano , quer dizer ou seja o que vai ser utilizado pela  
1436 CAGEPA vai ser algo em torno 1,5 ou 2,5 o restante é perda ou desperdício,  
1437 ou usuário da zona rural, então tem essas dificuldades a gente apresentou há  
1438 cerca de dois meses, só estamos aguardando o retorno por parte da casa civil  
1439 e planejamento, agora dificilmente vamos ter uma solução até dezembro,  
1440 quando Davi me ligou na segunda feira ele perguntou qual a expectativa de ter  
1441 isso aprovado até o final do ano, eu disse olhe se tivesse me ligado até a  
1442 semana passada eu diria que expectativa era grande a gente já estava com  
1443 tudo preparado para a assembleia sabendo que dificilmente seria aprovado  
1444 agora a criação de uma taxa de segurança hídrica por estar num período  
1445 eleitoral e teve dificuldade imagina que o governo tem maioria na assembleia  
1446 iria conseguir ter aprovação logo depois, só que na segunda feira pouco antes  
1447 dele me ligar , recebi um parecer da procuradoria do Estado entendendo que  
1448 também pode ser daquela forma que a gente propôs, eu fiquei de encaminhar  
1449 para casa civil e a gente avaliar e avançar nessa discussão, a intenção existe  
1450 mas não é de uma forma simples, da forma que está hoje o dispositivo legal do  
1451 Ceará a COGERH consegue que ajuste tarifa através de decreto, tem uma  
1452 certa lógica jurídica de lá do Estado que é possível assinar hoje com a  
1453 COGERH não sei no caso de Pernambuco se o Governo de Pernambuco  
1454 entende que é possível assinar o contrato direto com a COMPESA também  
1455 talvez até porque a retirada de água dele praticamente para consumo Humano  
1456 ,no caso da Paraíba como você tem nos dois eixos inclusive no eixo norte você  
1457 tem a água distribuída a traves de rio você tem um perda muito grande o que a  
1458 companhia de saneamento retira para abastecimento humano é coisa de 60  
1459 ,70 por cento no máximo da água que vai ter que pagar, da vazão que vai ter  
1460 que pagar, em resumo é essa situação e eu entendo que e dificil conseguir até  
1461 dezembro a solução desse contrato pelo menos a preço de hoje, como se diz  
1462 a gente vai ter que voltar a conversar um pouco eu vou mandar esse parecer  
1463 para a procuradoria jurídica do estado para avaliar, Davi inclusive me falou que  
1464 depois desse problema com a CEF daquela questão da garantia de FPE a uma

1465 nova discussão ,poderia ser alguma coisa interessante , os governadores dos  
1466 estados se propuseram a apresentar como garantia o bloqueio do FPE e na  
1467 época no entendimento da união não era possível e hoje talvez tenha uma  
1468 mudança em relação a isso pela a questão da garantia poderia ser resolvido  
1469 dessa forma.

1470 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Quer dizer que á a ideia  
1471 é fazer o estado com a CODEVASF ?

1472 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** É, a idéia que o estado da  
1473 Paraíba tem e fazer criar, mandar uma lei para assembléia criando um fundo  
1474 estadual de segurança Hídrica dividindo inclusive os valores das tarifas.

1475 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Tem fundo estadual de  
1476 recursos hídricos não?

1477 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Tem, mas seria específico para  
1478 esta questão, porque o fundo estadual é a recurso muito pequeno que AESA  
1479 recebe do irrigante, que é obrigado a reutilizar na bacia, quer dizer tem uma  
1480 dificuldade, houve uma alteração naquilo mas a proposta é criação de um  
1481 novo fundo, possivelmente com isso segundo os juristas lá a gente evitaria  
1482 aquela cobrança. A CAGEPA seria um mero arrecadador desse recursos,  
1483 desse fundo e repassa para o fundo, evitaria a cobrança de PIS /Confins em  
1484 relação a esse valor, então é a proposta que está na casa civil e no ministério  
1485 do planejamento a cerca de dois meses e não recebemos ainda retorno em  
1486 relação a isso e amanhã devo mandar um parecer para o DAVID, um parecer  
1487 da procuradoria jurídica do estado que entende, outro entendimento, que a  
1488 princípio não concordo, mas é o parecer do procurador de que para se criar  
1489 essa tarifa teria que ter a criação da tarifa pela União ele entende que a tarifa  
1490 tem que ter aprovação, criação da tarifa pela União aquela mesma discussão  
1491 que teve no início, da possibilidade de criar uma tarifa da União. Talvez não  
1492 seja o caso, mas esse é o parecer da procuradoria a gente tem que voltar a  
1493 conversar e hoje não tem uma posição fechada e qualquer que seja a  
1494 alternativa o entendimento e que depende de aprovação da .... no caso você  
1495 não pode colocar tarifa para CAGEPA se fosse você vai para RBT que é a  
1496 agência de regulação até porque 60% de perda da água é que vai ser utilizada  
1497 efetivamente para consumo pela CAGEPA.

1498 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mas o contrato não pode  
1499 ser feito com a AESA para não ter que ter um fundo?

1500 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Que pode ,pode a AESA é uma  
1501 autarquia estadual, ou estado ou a própria AESA.

1502 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** E digo que a AESA pode  
1503 cobrar da companhia de saneamento né e cobrar do usuário.

1504 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Mas aí não dá, a vazão se você  
1505 for cobrar da companhia de saneamento você tira uma vazão muito pequena  
1506 em relação ao total a ideia nossa e praticar o subsídio cruzado para jogar que a  
1507 população inteira do estado pague isso como uma tarifa de segurança hídrica.

1508 Como o formato é muito diferente do Ceará, fica difícil de ver isso ,se a gente  
1509 vai receber 10 m³/s a CAGEPA fica no máximo com 4, 5. O restante ...

1510 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Quanto é que você  
1511 precisa para a Paraíba toda tirando João Pessoa , porque o projeto vai atender  
1512 a Paraíba toda pelo Norte e pelo Leste, pega a Paraíba toda ,no futuro , só não  
1513 pega João Pessoa.

1514 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Não, mas a água vai pra lá, no  
1515 futuro tem a possibilidade de atender João Pessoa com água do PISF. Você  
1516 tem alternativa de atender ao Estado como um todo por isso que a gente tem a  
1517 ideia de praticar esse subsídio até se você observar o valor com essa conta  
1518 com a tarifa de 2018, a Paraíba vai pagar 154 milhões de reais que dá 12 , 11  
1519 milhões de reais por mês, valor muito alto, possivelmente vamos ficar torcendo  
1520 para chover .

1521 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Quanto a CAGEPA  
1522 arrecada por mês?

1523 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** A conta que a gente faz , a ideia  
1524 é exatamente essa e aprovar como uma tarifa que representaria de 10 a 15%  
1525 de aumento na tarifa da companhia.

1526 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE) :** 10% e melhor do que  
1527 carro pipa.

1528 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Isso já está resolvido o problema  
1529 é o aspecto jurídico a idéia é essa, o governo já tem a idéia de aprovar dessa  
1530 forma uma tarifa geral para o estado vai ficar de fora Souza que não tem  
1531 CAGEPA e outras cidades que tem sistema Municipal, mas não é problema.

1532 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Gostaria de colocar uma coisa, é  
1533 firme a posição do ministério para assinar esse contrato até 31 de dezembro  
1534 entendo que é firme a posição da ANA também de que teria que ser assinado  
1535 esse contrato até 31 de dezembro a posição política que o representante da  
1536 Paraíba está nos colocando, jurídica e política também, porque estamos em  
1537 ano eleitoral, já começando as campanhas, está nos mostrando praticamente  
1538 uma inviabilidade disso acho que a gente teria que pensar em uma solução  
1539 parcial para assinar o contrato e começar o pagamento no ano que vem  
1540 alguma coisa nesse sentido é possível que a ANA entenda assim.

1541 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** O atual entendimento da ANA é que não,  
1542 mas a gente, evidentemente que as situações evoluem a gente abriu até a  
1543 possibilidade de ser revista esta decisão se houvesse o fator superveniente de  
1544 natureza de segurança de barragens de obras etc., mas pensando  
1545 especificamente na gestão ,não há uma intenção de voltar atrás nessa decisão.

1546 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Ohh David Pernambuco  
1547 se posicionou como?

1548 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** Na verdade só recebemos proposta  
1549 concreta da Paraíba, dos outros estados ainda não, na verdade tínhamos uma  
1550 minuta anterior e nenhum dos estados tinham concordados.

1551 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** O Ceará e Pernambuco  
1552 responderam contrariamente a minuta, Rio grande do Norte não respondeu e a  
1553 Paraíba entrou nessa negociação, Rio Grande do Norte alega que não tem  
1554 nem condição de analisar nada porque não está recebendo a água. O Ceará e  
1555 Pernambuco questionaram as garantias das tarifas, mas Pernambuco não está  
1556 hoje aqui, não dá pra falar muito.

1557 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Pernambuco como é vizinho a  
1558 Paraíba, e as vezes chega jornal de Pernambuco na Paraíba, lá é o seguinte  
1559 enquanto não tiver obra complementar, ninguém fala nisso, quer dizer, eu  
1560 entendi a posição do Governo Federal e a Paraíba entendeu,  
1561 independentemente de questão política e posição partidária do governador, a  
1562 gente pretende efetivamente resolver a questão até porque, a gente é  
1563 extremamente agradecido, a gente que eu digo a Paraíba, é agradecida, a  
1564 região de Campina Grande, pelo esforço que o Ministério fez em resolver a  
1565 questão de abastecimento, ia entrar em colapso se não tivesse chegado o São  
1566 Francisco a gente sabe disso, e aí a gente quer resolver a questão, agora a  
1567 forma é que a gente não encontrou ainda porque não é uma coisa assim  
1568 aparentemente simples é só assinar o contrato com a CODEVASF e  
1569 companhia de saneamento que a gente sabe, e a procuradoria jurídica entende  
1570 ,iria chover demanda, essa água não está sendo consumida pelo usuário  
1571 urbano só essa tem outros, usos ela tem muito, ela é desperdiçada, então você  
1572 não tem como aumentar um aumento de tarifa da companhia não está aqui um  
1573 contrato CAGEPA com CODEVASF, estaria resolvido, por isso estamos  
1574 propondo essa outra forma e a gente entendeu até, era interessante para o  
1575 Governo Federal pelo menos um estado dos quatro a Paraíba que já está  
1576 beneficiada pudesse chegar a solução primeiro e apresentar, até por conta dos  
1577 outros questionamentos mas infelizmente a gente não conseguiu ainda e até  
1578 aproveitamos para pedir o apoio, tem esse posicionamento novo da procuradoria  
1579 de que teria que ter uma tarifa criada pela União acho que é a hora talvez de se  
1580 juntar e ir para Ministério encontrar alguém para dar um parecer e a gente  
1581 nunca conseguiu chegar a esse consenso do formato disso. Garantia mesmo é  
1582 aquela discussão não a posição da Ana é aquela tem que ser aquele fundo tem  
1583 que ter esse, você ver como aumenta quando coloca esse PDD previsão para  
1584 devedores duvidosos para a tarifa dá um pulo de 10 a 15% eu não fiz a conta  
1585 mas é muito alto quer dizer se você tiver hoje a possibilidade de ter FPE como  
1586 garantia você já tira essa diferença que é grande você sai de 0,80 centavos  
1587 para 1,00 real o m<sup>3</sup> de água, porque por conta de uma garantia previsão de  
1588 devedores duvidosos para não ter problema de descontinuidade do processo,  
1589 mas eu acho que precisava ir talvez ver com Demerval buscar um parecer de  
1590 um especialista ou contratar alguém pra ter uma posição um entendimento  
1591 entre as procuradorias da Paraíba que precisa ter urgência entre União para  
1592 fechar esse assunto.

1593 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** E vocês propuseram na verdade o que  
1594 recebi, um modelo de garantia diferente baseado na verdade exatamente em  
1595 cofaturamento.

1596 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** A garantia que estava prevista é  
1597 50% e o estado depositar imediato.

1598 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE) :** É esse é o problema  
1599 você ter esse dinheiro aí, o governador manda demitir todo mundo se assinar  
1600 um negócio desse.

1601 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** O Estado não tem para ficar na  
1602 conta lá caso fique inadimplente está lá o dinheiro.

1603 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** Em relação a esse que nos encaminhou dia  
1604 9 de junho, estou aqui com o e-mail, conversando contigo ontem você nos  
1605 trouxe um fato novo o posicionamento diferente da sua procuradoria geral ali  
1606 do estado etc., então para nós sentarmos e conversarmos e tentar chegar em  
1607 um consenso de estados com a UNIÃO, essa discussão pode ser bilateral,  
1608 pode ser com vocês que até recebem água etc., numa condição diferenciada  
1609 em relação aos outros estados, eu não estou fazendo crítica, alguns estados  
1610 não estão recebendo exatamente por questão de que ainda obras  
1611 complementares ainda não foram finalizadas, então a gente está falando na  
1612 verdade dos Eixos principais, vocês já estão recebendo, mas para a gente  
1613 sentar e conversar eu acho que tem que superar então internamente no estado  
1614 essa questão jurídica, que vocês venham para conversar conosco com uma  
1615 proposta que seja pacificada no estado, eu não quero discutir com você uma  
1616 questão que está sendo levantada ainda, um tipo de questionamento pela tua  
1617 próprio procuradoria, então quando você tiver uma proposta, olha essa  
1618 proposta aqui em termo de consenso do Governo Estadual da Paraíba, vamos  
1619 sentar e ter uma bela discussão.

1620 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Eu queria deixar esse Parecer  
1621 com você, deixar ainda uma cópia com você, no caso no parecer ele coloca a  
1622 questão da UNIÃO, ele entende que é necessária a aprovação dessa tarifa  
1623 pelo UNIÃO, tem que desmanchar esse entendimento, não existe isso, ver  
1624 onde se baseou em que legislação, aqui para nós não é jogo de ganhar tempo,  
1625 é um parecer e o procurador assina, tem que ter um entendimento jurídico.

1626 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Essa discussão já teve, nas  
1627 reuniões com o Governador lá na Casa Civil, de que teria que ser aprovado  
1628 pela UNIÃO.

1629 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Luitgards, discussão já teve de  
1630 todo tipo, se for nessa linha a discussão era vamos aceitar o FPE como  
1631 garantia.

1632 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Na realidade, pra gente  
1633 o Ceará, ficou muito claro é a COGERH que vai assinar o contrato com a  
1634 CODEVASF, a questão de assinar o contrato agora sem os serviços estarem  
1635 sendo prestados, isso é um problema para a empresa, a empresa ela tem  
1636 orçamento, ela não pode assinar contrato sem previsão orçamentaria, ela não  
1637 pode colocar no orçamento uma receita que ela não sabe se vai ter, então a  
1638 gente tem que ter a fase pré-operacional do PISF lá no Ceará, até para saber  
1639 que a água chega em Fortaleza , ninguém sabe nem que raio de água vai  
1640 chegar em Fortaleza, porque a concepção do PISF não podia ser diferente,

---

1641 ninguém está criticando a concepção do São Francisco, que desde 1947 que é  
1642 jogar água no riacho dos porcos, que a gente já melhorou muito com ajuda do  
1643 ministério fazendo esse trecho do CAC, para poder jogar em um riacho melhor  
1644 e um dia quem sabe chegar no Castanhão, para chegar em Fortaleza, porque  
1645 veja bem, veja a seguinte situação, não precisa mandar lei no estado quem  
1646 aprova a tarifa no estado é o conselho estadual de recursos hídricos, e o  
1647 governador que nem precisa, mas é só uma questão de fortalecer o  
1648 instrumento da tarifa, baixa o valor por decreto, então é fácil, há vamos  
1649 começar a pagar? Vamos, então o conselho estadual, olha agora a tarifa para a  
1650 CAGECE lá em Fortaleza para o setor industrial, que é quem vai pagar, porque  
1651 irrigação lá não vai consumir essa água não, lá vai criar briga, aí a gente vai  
1652 mandar para um conselho estadual, o conselho estadual vai dizer água hoje é  
1653 R\$ 2,50 , aí vai pra R\$ 4,00 para a indústria, a CAGECE é um valor lá e vai  
1654 dobrar , na hora que você coloca isso sai em jornal, sai em todo canto, sem a  
1655 visibilidade do benefício como foi colocado em Campina Grande, Campina  
1656 Grande foi muito bom para São Francisco e não podia ser diferente, o projeto  
1657 tirou a cidade do colapso, isso é visível, você aproveita e entra com o  
1658 instrumento, lá em Fortaleza é difícil a percepção que a água vai chegar no  
1659 Castanhão, do Castanhão vai para Fortaleza, mas pelo menos a gente tem que  
1660 ver lá como foi na Paraíba a água lá chegando no Castanhão para você  
1661 começar a cobrar, pra você assinar um contrato desse, você tem que ter a  
1662 provisão de receita, porque para colocar no orçamento a provisão de receita  
1663 como colocar em orçamento faz todo ano, agora a figura de um pré contrato,  
1664 um negócio aí a gente pode pensar, agora tem também um detalhe, o que o  
1665 estado realmente, nas reuniões com o governadores isso ficou bem claro, nós  
1666 temos aí uns três pontos, ou dois , uma é a garantia, a questão de aceitar o  
1667 FPE, e olha que estou com medo de voltar a reunião agora e o governador  
1668 falar que não aceita mais o FPE, ter uma antecipação, pelo menos está escrito  
1669 lá da garantia, e o valor, aí é uma discussão mais fácil de entender, a gente vai  
1670 ver como que conduz isso, mas não está muito longe , isso é fato nós estamos  
1671 construindo um negócio novo, mas assim, só para você ter uma ideia da  
1672 consciência que a gente tem que pagar essa água, o presidente da CAGECE  
1673 foi antes de ontem, ontem teve uma reunião com todos os Secretários,  
1674 Governador e o Presidente e diretor de obras, rapaz eu tenho que levar pra  
1675 ARCE (agência reguladora do Ceará), que regula os serviços consorciados, a  
1676 nova tarifa deles a companhia de saneamento a gente é regulador, os novos  
1677 valores da tarifa da CAGECE do próximo ano, eu já coloco o valor de São  
1678 Francisco, aí eu tenho que pedir um aumento grande, mando com valor de São  
1679 Francisco? Não, mande com valor normal mesmo e deixe para mandar quando  
1680 a gente estiver com a coisa funcionando. Então assim, para nós isso é um  
1681 ponto pacífico, é só questões de puxa para lá, puxa para cá, e a outra coisa é  
1682 aquilo que eu digo, o viés do projeto e a gente é muito grato à UNIÃO e aos  
1683 outros brasileiros, a gente sabe a importância desse projeto para a região, mas  
1684 a UNIÃO tem que entender também que esse projeto tem que ser tratado como  
1685 um instrumento de desenvolvimento regional, a visão muito financista da  
1686 sustentabilidade, sustentabilidade financeira né, fazendo uma redundância, a  
1687 visão financista das coisas na sustentabilidade financeira, por isso que é  
1688 importante essa apresentação, esses estudos que vocês estão desenvolvendo

1689 para associar com energia alternativa, para tentar baixar esse custo, é  
1690 importante discutir outras alternativas, a gente tem consciência, durante algum  
1691 tempo é a CODEVASF que vai ficar à frente, e o estado que vai ter que arcar,  
1692 se não tiver jeito e o valor for assim mesmo e a garantia for essa, o pior para  
1693 nós é o projeto ficar abandonado, isso aí não se preocupe.

1694 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A pior situação, a pior coisa que  
1695 tem para o Ceará é a crise hídrica se implantar em Fortaleza, 4 milhões de  
1696 pessoas sem água, sem quantidade de carros suficientes para abastecer a  
1697 cidade e nem açudes próximos.

1698 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** A gente faz o cálculo, se  
1699 eu pagar na minha casa R\$100,00 por mês, eu pago R\$110,00 ou R\$115,00  
1700 para poder pagar essa conta, aí vale a pena.

1701 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** A mesma conta que você está  
1702 fazendo com respeito a COGERH, eu te digo que a UNIÃO está fazendo com  
1703 respeito a CODEVASF, como que eu vou mandar a CODEVASF operar o  
1704 projeto sem ter a sustentabilidade financeira, sem ter garantia.

1705 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Eu lhe digo uma coisa,  
1706 nós vamos se sentir mal, Governador e todo mundo, secretário de fazenda,  
1707 secretário de recursos hídricos, mas não vamos dizer, descumprir um  
1708 compromisso que foi firmado e a UNIÃO lá dando a água de graça, isso não é  
1709 moderno, não combina com os tempos atuais, agora só precisa realmente a  
1710 água chegar, se ter um tempo para saber como se comporta, porque precisa  
1711 ter essa percepção, precisa de ser isso do benefício, agora eu digo que o  
1712 contrato de fato para começar a pagar.

1713 **A Sr.ª FLÁVIA BARROS (ANA):** É deixa eu fazer uma pergunta, dá para  
1714 colocar nessas tarifas uma previsão. Por exemplo, uma entrada em operação  
1715 no meio do ano e fazendo um algum tipo de autorização condicionada da  
1716 Agência Reguladora, porque se não vai entrar, vai ter que entrar só no próximo  
1717 ciclo de revisão na tarifa.

1718 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Não, mais.

1719 **A Sr.ª FLÁVIA BARROS (ANA):** Porque a minha preocupação é assim, a  
1720 gente sempre fica esperando se materializar, vamos esperar se materializar,  
1721 vamos esperar chegar. Então o termo de compromisso foi assinado em 2005, e  
1722 desde de 2005 todos os estados deviam estar se preparando. Mas eu sei que  
1723 fica aquela dúvida, de ficar esperando se materializar, só que a espera e tanta  
1724 que agora está numa situação muito complicada.

1725 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** É, mais assim, lá.

1726 **A Sr.ª FLÁVIA BARROS (ANA):** Tipo assim, o que eu to vendo é.

1727 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mais de qualquer forma,  
1728 a senhora não se preocupe não, que se você precisar mudar 10 vezes o  
1729 aumento de tarifa, isso é uma decisão política, isso tecnicamente. O ano  
1730 passado mesmo, a gente aumentou a água 3 vezes a água de Fortaleza.

1731 **A Sr.ª FLÁVIA BARROS (ANA):** Eu achei que era uma por ano.

1732 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Não, pode ser 150,  
1733 aumentou a água 3 vezes para poder. E outra coisa, ainda cobra tarifa de  
1734 contingência, quem consome acima da meta estabelecida paga 120% de multa  
1735 sobre tarifa, então, lá, está entendendo. Se a senhora tiver em Fortaleza ne, ou  
1736 seja, lá vamos dizer que consumiu no prédio 100, mas só consumiu 80 até  
1737 2.014, aí então foi estabelecido que, só pode consumir, eu consumir 100, mas  
1738 foi estabelecido que só pode consumir 80, então qualquer outro metro cubico  
1739 acima dos 80 e 120% de multa. Só para você ter uma ideia, no prédio uma vez  
1740 o secretário de recursos hídricos, o síndico perguntou, o que eu faço secretário,  
1741 o que eu faço. A nossa conta era R\$ 3.000,00 reais e agora veio R\$ 8.000,00,  
1742 eu digo economize água ne, economize água e pague os R\$ 8.000,00, mas se  
1743 vier no outro mês? coloca na conta do condomínio, põe na conta do  
1744 condomínio. Ele não quer economizar. É assim, então.

1745 **(inaudível)**

1746 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Não, ela está falando da  
1747 Agência da CAGECE

1748 **(inaudível)**

1749 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Não mais a CAGECE,  
1750 você tem que subir o dela também, se não ela não tem como pagar, está  
1751 entendendo.

1752 **(inaudível)**

1753 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mais assim, e já está  
1754 pacificado. Agora, eu infelizmente não posso assinar nenhum contrato para  
1755 valer sem a água chegar e nem pagar ne, você não quer que eu pague se nem  
1756 a água chegou ainda ne. Mas isso aí a gente ver a forma. Se complicar muito  
1757 para ANA, a gente não quer complicar não.

1758 Agora que é um período difícil, é. Que você imagina no caso da Paraíba que  
1759 vai ter um novo governador ne, embora possa ser o antigo secretario de  
1760 recursos hídricos, aí é fácil de assina ne.

1761 Aí facilita muito né, aí facilita muito. É, o caso do Ceará né, se o governador for  
1762 reeleito, fica fácil também. Já que ele já vem participando das discussões, mas  
1763 isso aí.

1764 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** É isso que eu digo, se  
1765 ganhar em 1º turno a gente já pode chegar lá.

1766 **O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (PB):** Luitgards, Dr. Luitgards, meus  
1767 senhores e minhas senhoras, como se ver, nós não estamos tratando de uma  
1768 matéria, onde aja convergência para a solução do problema, Pernambuco tem  
1769 um entendimento, Paraíba tem outro, Ceará tem outro entendimento  
1770 infelizmente, Rio Grande do Norte vai demorar a ser beneficiado, esse encontra  
1771 mais distante a solução do problema. Nós da Paraíba, reconhecemos a  
1772 importância da obra, acompanhamos todos os seus passos, Dr. Luitgards e  
1773 testemunha disso. Arrastando para dentro daqui o Ministério Público da  
1774 Paraíba e depois o Federal, não para apontar defeito, defeitos ne, mais para

1775 tentar cobrar das autoridades, Prefeitura municipal, FUNASA, Governo do  
1776 Estado, e fazer com que fosse criado as condições para que ANA pudesse  
1777 chegar a manter. Já que se fazia um alarde muito grande Dr. Luitgards, sobre  
1778 aquele tão do esgoto da cidade de Monteiro, de fato a CAGEPA, já tinha feito a  
1779 rede de esgoto de toda a cidade de Monteiro, no entanto o canal de drenagem  
1780 das águas pluviais que cortam a cidade e vai como uma perpendicular,  
1781 encontrar a galeria de Transposição do São Francisco, o povo foi comodismo,  
1782 em vez de fazer a ligação, veja só, ao em vez de fazer a ligação na rede de  
1783 esgoto que está na frente das casas, ele ligou na "traseira". Quando ele ligou  
1784 na "traseira" foi dentro no canal de drenagem, isso em duas ruas, na CAGEPA  
1785 da Paraíba fez uma nova rede, então a rede em frente das casas e tem uma  
1786 rede atrás das casas, isso em duas, sanado o problema. Alguns e algumas  
1787 pessoas lá, insistiram em continuar despejando um pouco de água no canal de  
1788 drenagem pluvial, aqui em Brasília está eu e o Francisco Salles procurador do  
1789 estado, com foto da rede de esgoto fui lá pessoalmente e já não tinha mais  
1790 isso. Já não tinha mais esse problema, então está resolvido. Então o que  
1791 precisa Gil, do Governo Federal que presume que seja o mais interessado que  
1792 patrocinou a obra de R\$ 12 bilhões de reais, resolveu o problema da grande  
1793 Campina e esse problema foi feito uma antecipação viu Dr. Oscar, então o que  
1794 eu dizia que a obra não estava concluída e que nós estamos concluindo o  
1795 caminho das águas, entregou a água e uma questão de segurança, não e de  
1796 segurança nacional, mais é de segurança regional e de segurança, saúde  
1797 pública, foi resolvido essa parada lá, agora me parece Dr. David, que é preciso  
1798 que o Governo Federal, reconduza o Governo Federal sobre o papel  
1799 importantíssimo disso Dr. Luitgards, e buscar alguns pontos de convergência e  
1800 chamar e dizer, não basta esperar que a Paraíba tenha a solução mágica para  
1801 o seu problema, é que mais tarde ser problema do Ceará, pode ser o problema  
1802 do estado do Pernambuco e preciso que construirmos uma solução desses  
1803 problemas e essa construção não pode ser feito por um estado só. Essa  
1804 questão da ANA. A ANA que prorrogou até 31 de dezembro, pode prorrogar de  
1805 novo, eu sei que ANA está ansiosa, está ansiosa como nós outros para ver  
1806 resolvido esse problema, mais pode, pode, pode. Não conheço dispositivo legal  
1807 na lei 9433, na lei que criou a ANA, que impeça que isso faça, institucional ne,  
1808 está entendendo, então a gente tem, aqui todo mundo aqui e doutor no assunto  
1809 ne, então uma perca quando fala nisso é, apostar nessa direção e que o estado  
1810 tem uma natureza diferente da gente, o nosso Ceará, ela e uma empresa, ela e  
1811 uma organização competente que faz a adução de água e porque faz adução  
1812 de água adquiriu o direito de cobrar o preço razoável e eu diria até que justo  
1813 por algo que no Brasil e acho que no mundo, a gente faz te conta que cobra  
1814 pela a água e o cara faz te conta que paga, essa e que e a grande verdade,  
1815 essa que e a grande verdade no Brasil, a gente faz te conta que cobra doutor e  
1816 o pior águas Federais, se você não tivesse cobrando, dificilmente a ANA  
1817 estaria cobrando, porque e difícil fazer isso. Então uma apelo é esse e você ir  
1818 nessa direção. Falar do termo de compromisso, vou falar sobre o termo de  
1819 compromisso que é a posição do governo que tem compromisso diz que é de  
1820 transferir, aqueles bens aos estados da federação, entrega aqueles açudes ao  
1821 Ceará, entrega a Paraíba, para Pernambuco, para Rio Grande do Norte, é uma  
1822 bronca que a gente vai receber, mas nós fomos beneficiados de certo modo. A

1823 gente foi beneficiada, então doutor, cumpra -se. Que depois da leitura do termo  
1824 de compromisso, depreende-se que a cobrança só, a cobrança da contratação  
1825 dar-se-ia quando da conclusão das obras, já li aquele negócio umas 2 vezes  
1826 certo, conclui-se que da leitura conclui-se que a cobrança ou contratação  
1827 aconteceria a partir da conclusão. A gente se vira para o Ministério, e o  
1828 Ministério falta isso, isso e aquilo do Eixo Leste e falta isso, isso e aquilo outro  
1829 no Eixo Norte, costura-se a unidade da gente, se a gente construir em Dr.  
1830 Luitgards e Dr. David, se a gente construir, é chamando a gente, olha vamos  
1831 tirar as divergências, se a Procuradoria do Estado estiver certa. Porque a União  
1832 que a União não assume, a responsabilidade de criar essa norma, essa  
1833 normativa legal, se é possível, e a gente trocando ideia de repente, se o senhor  
1834 me provar que a Paraíba está errada, não tenha dúvidas que vamos comprar a  
1835 briga e vamos.

1836 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mais e obvio e evidente,  
1837 só uma coisa, isso e a aquela discussão que ela tinha que ter uma lei federal  
1838 para estabelecer isso é? Do Procurador aí.

1839 **O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (PB):** Mais concluindo Dr. É no passado  
1840 rejeitava-se a questão do FPE como garantia, hoje já se discute a possibilidade  
1841 de voltar, ou seja, nós temos que procurar a solução para o problema, não  
1842 adianta a gente ficar criando dificuldades, eu acho que até que o parecer da  
1843 Paraíba o presidente não gosta muito do parecer, João Fernandes também  
1844 não, nós não gostamos muito do parecer, e o que eu disse, ele recebeu até  
1845 ontem, vou pegar, vamos estudar o parecer, porque pode estar muito bem  
1846 fundamentado e ele vem discorrendo com uma certa competência, mais a  
1847 conclusão o parecer e danado, está errado, está errado.

1848 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Eu te disse que o estado não  
1849 pode estabelecer porque a água pertence à União, ele acha que pode se criar  
1850 uma tarifa de segurança hídrica, só que precisaria ser de uma legislação  
1851 federal.

1852 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mais não chama isso de  
1853 uma cobrança de água normal que da lei 9433, da lei estadual.

1854 **O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (PB):** Isso que é o grande problema e  
1855 diferente do Ceará. O Ceará faz a adução de água, e aquela história tem a  
1856 multa, tem o custo, nós cobramos o PPU, nós cobramos pelo direito de usar a  
1857 água apenas e tão somente. Na hora que nós colocarmos esses custos ali, ele  
1858 vai para dentro dos custos da CAGEPA vão ser tudo tributado da CAGEPA não  
1859 vai cobrança, ela cobra R\$ 1,00 real, e passa a cobrar R\$ 4,00 reais, ela vai,  
1860 teremos tributação sobre esse preço.

1861 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mais se AESA cobrar,  
1862 autarquia ela não recebe tributação.

1863 **O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (PB):** Eu concordo com a sua linha, nós  
1864 temos que encontrar uma forma como a AESA

1865 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Você sabia a COGERH  
1866 é sociedade de economia mista, nós ganhamos na Justiça Federal a isenção

1867 de impostos federais, porque gerenciamento de recursos hídricos, foi até o Fux,  
1868 ganhamos imunidade tributária de impostos federais por que em tese para a  
1869 gente somos sociedade de economia mista mas prestamos serviço de natureza  
1870 pública. Não vai pagar autarquia, não vai pagar tributos, homem pague logo  
1871 essa água, vocês já estão recebendo faz bem um ano ou dois, não vamos  
1872 passar uma gota d'água para vocês se não começarem a pagar lá, vai deixar  
1873 tudo lá em Jati.

1874 **O SR. JOÃO ALBERTO TRAVASSOS EVANGELISTA (MF)** Quero fazer um  
1875 breve comentário, uma solução como você mesmo colocou Teixeira, que é  
1876 regional, isso tudo dado até o pleito de ter uma ajuda, isso dá um entendimento  
1877 que poderia ter uma estrutura disponível um consórcio entre os entes, para  
1878 fazer essa papel da operadora estadual, poderia ser acertado essa questão de  
1879 benefício cruzado, teria que ser otimizada, eu acho que é importante a solução  
1880 do Ceará a opção atual é um azar, porque o estado que está mais a frente,  
1881 sem o Ceará não ia receber a água, para UNIÃO o melhor cenário seria o  
1882 inverso, de vocês Ceará estarem recebendo água, porque o modelo iria esta  
1883 incerto e os outros iriam cobrar a ideia entendeu? E quando você está  
1884 colocando, você não precisa de uma lei para aumentar a tarifa, isso tinha que  
1885 ser pacificado, eu acho que é interessante o que você colocou pedindo socorro  
1886 à UNIÃO com relação a essas questões.

1887 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Pode até ser que o  
1888 ministério público estadual, alguém do ministério público federal entre lá no  
1889 estado e a gente vai dá o aumento razoável e aí recorra a justiça e a gente  
1890 entra em uma briga judicial, mas até agora funcionou assim, dessa forma,  
1891 porque é o que a lei estadual, está lá bem claro na lei estadual, a gente cobra  
1892 pelo uso da água, se cobra pelo serviço prestado, gerenciamento de recursos  
1893 hídricos, e quem aprova, a COGERH estabelece os valores e o conselho  
1894 estadual de recursos hídricos aprova esses valores e o Governador baixa o  
1895 valor por decreto, está bem claro na lei.

1896 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** É uma situação única de todo  
1897 País?

1898 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** É só mudar a lei

1899 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Não é só questão de lei não, a  
1900 COGERH foi enviada por uma empresa de economia mista, é diferente da  
1901 natureza, aqui é uma economia, aquela pergunta que foi feita sobre tarifa, na  
1902 Paraíba e acho que em qualquer estado do Brasil, você não pode dá mais que  
1903 um aumento por ano, está na lei essa questão de tarifa.

1904 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Quando vocês  
1905 aumentam o valor precisa de uma lei é?

1906 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** Tem que ser aprovada a LPB,  
1907 não é lei, a própria resolução da LPB já define que a mudança de tarifa só pode  
1908 mudar uma vez.

1909 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Mas quem diz isso é a  
1910 Lei de recursos hídricos de vocês?

1911 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** A própria LPB da agencia da  
1912 gente.

1913 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** A CAGECE já  
1914 aumentou três vezes a o ano o passado o valor da tarifa no Ceará.

1915 **O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO (PB):** É diferente a situação.

1916 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** O assunto está muito discutido.

1917 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Cheguei para o  
1918 governador e disse vai ter que fazer racionamento em fortaleza, já tinha dado  
1919 dois aumentos, ele disse não pode como é que a gente faz e tudo, não  
1920 podemos aumentar a tarifa de contingência de 20 para 30 não? A meta né, só  
1921 para ter ideia, qual o consumo médio de litros /habitante dia? Sabe quanto está  
1922 em Fortaleza? 90 e pouco. Ai o presidente da CAGECE disse não pode não  
1923 tem mais como esse povo economizar. Então o que a gente faz ? disse o  
1924 governador. Aumenta o valor da água. Mas já dei dois aumentos, não vou dar o  
1925 terceiro, e realmente ele não deu o terceiro em dezembro ,deu após o fim de  
1926 ano em 4 de janeiro.

1927 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** O assunto merece muita  
1928 discussão, quem pediu a palavra aqui primeiro foi o David, eu acho que a gente  
1929 pode deixar uma parte , eu vou convocar outra reunião para daqui a um mês, e  
1930 depois Patrick.

1931 **O SR. DAVID MEISTER (CC/PR):** Bom não vou me alongar até mesmo pelo  
1932 adiantado da hora, nessa questão do Luitgards falou , é muito importante mas  
1933 ela não está na pauta da reunião de hoje, sem prejuízo né dá para a gente  
1934 discutir e queria agradecer a Paraíba e a pessoa do Deusdete e o próprio  
1935 Teixeira do Ceará que tem trazido essas contribuições muito ricas para nossa  
1936 reflexão, para nossa discussão agora lembrar é uma questão antiga, que vem  
1937 sendo discutida não só no âmbito do conselho gestor, mas em reuniões com o  
1938 estados e do próprio Governo Federal a bastante tempo a solução tem sido  
1939 amadurecida e a gente está caminhando na base do possível é claro que né, a  
1940 gente não está em desacordo não, a gente está em acordo dessa busca da  
1941 convergência é isso que nós queremos também agora, não espero uma  
1942 solução mágica da Paraíba, espero uma solução factível, real, possível, nós  
1943 trabalhamos no início né de um cenário que agradava a todos, uma discussão  
1944 com todos os estados na medida do possível de tentar padronizar uma solução  
1945 em termos de projetos de lei minutas de contratos etc., não foi possível o que  
1946 nós tínhamos né, naquele momento não chegamos a um acordo não significa  
1947 que não chegaremos, mas nós vamos chegar, a União como o senhor colocou  
1948 ai, arcou com um CAPEX um investimento significativo de uma dezena de  
1949 bilhão, bilhões de reais, é claro que o que tem hoje em dia de compromisso  
1950 dos estados é arcar com os custos de operação e manutenção e ressarcir a  
1951 CODEVASF é com essa lógica que a gente está trabalhando e eu tenho  
1952 certeza que a gente vai convergir, aqui dentro tem pessoas mais que  
1953 especialistas no tema e está todo mundo imbuído no mesmo objetivo, agora o  
1954 que temos sobre a mesa de maneira concreta e não quero me alongar é a  
1955 proposta da Paraíba, que chegou ontem um fato novo que eu tenho certeza

1956 que o Deusdete vai trabalhar internamente, vai trabalhar e enviar para nós uma  
1957 outra proposta já de mais consenso no Estado e que nós vamos usar se for  
1958 possível adapta-la para o caso de Pernambuco e Ceará, nós vamos usar para  
1959 outros estados se não for possível a gente vai construir soluções particulares  
1960 que também não teriam problemas.

1961 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** David independente de  
1962 assim a questão da chegada da água no Ceará ser uma perspectiva e diga  
1963 bem concreta de fato agora, que o Ministério teve bastante coragem e  
1964 parabenizo a gestão atual do ministério pela decisão de colocar outro consórcio  
1965 na obra que deu outro ritmo a obra né, já estou com medo da água chegar no  
1966 Ceará e a gente não está com a nossa parte pronta tamanha a celeridade que  
1967 o Ministério deu a obra é e aí, para nós hoje é assim, não acontecendo  
1968 nenhuma hecatombe acho que é muito concreto no início do próximo ano que  
1969 essa água esteja chegando em Jati no Ceará e aí a gente pode baseado na  
1970 experiência com a Paraíba, claro que o contrato nosso será uma contrato de  
1971 companhia para companhia sociedade de economia mista, CONGERH com a  
1972 CODEVASF empresa estatal, vai ser nesse formato uma questão mais simples  
1973 mas é assim essa questão da garantia que é coisa que a gente não conseguiu  
1974 convergir direito e outras questões, o que a Paraíba for convergindo a gente  
1975 pode fazer junto independente da água já ter chegado ou não, estou com o  
1976 diretor de planejamento da CONGERH e aí a gente pode vir se não puder vir  
1977 vem o presidente da CONGERH, para a gente poder ir, não deixar a coisa  
1978 parada e tentando avançar, avançar para quando depois tiver governador  
1979 resolvido, o novo governo, você está com a coisa já em ponto de “bala” a gente  
1980 procura convencer o governador daquilo né, para a gente não falta muita coisa  
1981 não mas essa questão das garantias, mas uma “choradinha” aí pelo valor da  
1982 água a ANA está colocando essa água muita cara, caríssima, mas é isso eu  
1983 sou otimista e para quem acompanhou a história desse projeto desde o  
1984 princípio e a gente hoje está discutindo essa questão da sustentabilidade e  
1985 avançando em alguns pontos só quem acompanhou desde o início que evoluiu  
1986 o nível de discussão que tivemos aqui e em outras ocasiões a apresentação,  
1987 do Claudir e o pessoal da ANA aqui que já está tudo “manualizado”,  
1988 “manualizando” tudo com comportamento de fato com órgão regulador ou seja  
1989 estamos construindo a regulação do setor de recursos hídricos para operação  
1990 de grandes sistemas hídricos, coisa que a gente não tinha, a gente tinha de  
1991 sistema elétrico que está a trinta anos na nossa frente ou mais, criando toda  
1992 uma regulação e para operação e manutenção de grandes sistemas hídricos  
1993 que foi o São Francisco que trouxe eu sou otimista nesse ponto uma coisa eu  
1994 garanto a gente paga a nossa parte até se mesmo não pagar a união não vai  
1995 ter como arcar e a obra vai virar um fantasma não e isso que a gente quer, se  
1996 acabando.

1997 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Passar a palavra para Patrick  
1998 que tinha pedido.

1999 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Rápido só para esclarecer que fica claro o  
2000 que está faltando para cumprir a condicionante da ANA, são duas  
2001 condicionantes da ANA, são duas condicionantes da outorga, uma é a

2002 implantação da primeira fase do empreendimento em até seis anos que agora,  
2003 e o prazo de 31 de dezembro de 2018 pra nos está estabelecido em resolução  
2004 2333 o que é a implantação da primeira fase do empreendimento é aprovar o  
2005 PGA, é ter medidores em condições de fazer medições e assinar o contrato,  
2006 são este três requisitos . O PGA vai ser aprovado em breve, como a gente  
2007 apresentou aqui, os medidores como a Flavia apresentou estão em fase final  
2008 de calibração, então fica faltando só assinar o contrato, que é um instrumento  
2009 entre o estado e a CODEVADSF, então o que o Estado e a CODEVASF  
2010 acordarem desde que cumpram os requisitos da 2333 a ANA não se opõe essa  
2011 questão de garantia e uma discussão entre estado e CODEVASF nós vamos  
2012 incluir a tarifa , caso não tenha nenhuma garantia nós vamos incluir na tarifa,  
2013 isso não e nesse momento uma condição enfim que impeça a assinatura do  
2014 contato e claro que se deseja uma garantia mas robusta mas se não tiver  
2015 garantia no contrato adicional vai trabalhando na garantia que colocamos na  
2016 tarifa e além disso a outra condicionante e o início da cobrança dos valores que  
2017 cubram o custo que ato subsequente a assinatura do contrato quero dizer que  
2018 falta muito pouco para a gente conseguir cumprir a condicionante e a outra  
2019 coisa que para nós a primeira fase do empreendimento que está na outorga  
2020 pode ser a assinatura de um contrato com um estado então se a Paraíba por  
2021 exemplo, se assinar o contrato ou se Pernambuco assinar para nós está  
2022 cumprido que é a primeira fase não precisa ser os quatro estados nem os dois  
2023 Estados do eixo leste, basta um estado assinar, então está muito fácil e eu  
2024 queria fazer uma apelo a Paraíba porque está mais adiantada porque já fez  
2025 uma proposta para reavaliar esta postura jurídica do estado para a gente poder  
2026 chegar num consenso e assinar logo esse contrato.

2027 **O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA (CE):** Se só a Paraíba assinar  
2028 este contrato.

2029 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA):** Está cumprido a outorga. Então falta pouco  
2030 viu, aos representantes da Paraíba aí, para a gente resolver este problema, em  
2031 um próximo contrato a gente adiciona outras condições, cria o fundo estadual,  
2032 enfim não vamos deixar passar esta oportunidade.

2033 **O SR. ANTÔNIO LUITGARDS MOURA (MI):** Senhores se não houver mais  
2034 novas discussões, dado ao adiantar da hora, vou agradecer a presença de  
2035 todos e encerrar a reunião marcando a próxima reunião daqui a trinta dias, nós  
2036 encaminharemos o ofício com a data correta. Mas gostaríamos que fosse daqui  
2037 a trinta dias porque dado o tempo que ficou da última reunião até essa, os  
2038 assuntos ficaram muito longos e por isso vamos fazer as reuniões, mais a  
2039 miúde e resolvendo as coisas por partes.

\_\_\_\_\_  
Antônio Luitgards Moura – Titular

\_\_\_\_\_  
Jimmu de Azevedo Ikeda – Suplente

\_\_\_\_\_  
Francisco José Coelho Teixeira- Titular

\_\_\_\_\_  
João Lucio Faias de Oliveira -Suplente

\_\_\_\_\_  
Marcelo Senna Valle Pioto – Titular

\_\_\_\_\_  
João Alberto Travassos Evangelistas – Suplente

\_\_\_\_\_  
Renato Dalla Lana – Titular

\_\_\_\_\_  
Guilherme Silva de Godoi – Suplente

\_\_\_\_\_  
Marcel Olivi Gonzaga Barbosa – Titular

\_\_\_\_\_  
Cristiane Collet Battiston - Suplente

\_\_\_\_\_  
Adriana Lustosa – Titular

\_\_\_\_\_  
Renato Saraiva Ferreira – Suplente

\_\_\_\_\_  
Dermeval da Silva Júnior – Titular

\_\_\_\_\_  
David Meister – Suplente

\_\_\_\_\_  
Deusdete Queiroga Filho - Titular

\_\_\_\_\_  
João Fernandes da Silva - Suplente

\_\_\_\_\_  
Mário Cavalcanti - Titular

\_\_\_\_\_  
Marcelo Cauas Asfora - Suplente

\_\_\_\_\_  
José Mairton Figueiredo de França - Titular

\_\_\_\_\_  
Josivan Cardoso Moreno - Suplente

\_\_\_\_\_  
Anivaldo de Miranda Pinto - Titular

\_\_\_\_\_  
José Maciel Nunes de Oliveira - Suplente

\_\_\_\_\_  
Marcos Maciel Torres - Titular

\_\_\_\_\_  
Elias da Silva- Suplente



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
CONSELHO GESTOR DO PISF

Lista de Conselheiros- 9ª Reunião Ordinária

Data: 18-07-2018

Horário: 14h às 18h

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 6ª Andar-sala 605

Órgão	Conselheiro	Titular/Suplente	Telefone	E-mail	Assinatura
MI	Antônio Luitgards Moura	Titular	(61)2034-5564	antonio.moura@integracao.gov.br	
	Jimmu de Azevedo Ikeda	Suplente	(61)2034-5539	jimmu.ikeda@integracao.gov.br	
MF	Marcelo Senna Valle Pioto	Titular	(61) 3412-1475	marcelo.pioto@tesouro.gov.br.	
	João Alberto Travassos Evangelista	Suplente	(61)3412-1975	joao.evangelista@fazenda.gov.br	
MME	Renato Dalla Lana	Titular	(61)2032-5079	renato@mme.gov.br	
	Guilherme Silva de Godoi	Suplente	(61)2032-5443	guilherme.godoi@mme.gov.br	
MPOG	Manoel Renato Machado Filho	Titular	(61)2020-4436	manoel.filho@planejamento.gov.br	
	Marcel Barbosa	Suplente	(61)2020-5373	marcel.barbosa@planejamento.gov.br	
MMA	Sérgio Antônio Gonçalves <i>ADRIANA LUSTOSA</i>	Titular	(61)2028-2100 <i>(61)20282085</i>	sergio-goncalves@mma.gov.br <i>adriana.lustosa@mmapgovernadorbrasil.gov.br</i>	
	Renato Saraiva Ferreira	Suplente	(61)2028-2127	renato.ferreira@mna.gov.br	
CC/PR	Dermeval da Silva Júnior	Titular	(61)3411-1222	dermeval.junior@presidencia.gov.br	
	David Meister	Suplente	(61)3411-1212	david.meister@presidencia.gov.br	
CE	Francisco José Coelho Teixeira	Titular	(85)3101-3994	francisco.teixeira@srh.ce.gov.br	
	João Lucio Farias de Oliveira	Suplente	(85)3218-7027	joaolucio.farias@cogerh.com.br	

PB	João Azevedo Lins Filho	Titular	<del>(83)3218-4323</del>	jazevedo@sermact.pb.gov.br	João Azevedo Lins Filho
	Deusdete Queiroga Filho	Suplente	(83)3218-4359	deusdete@sermact.pb.gov.br	Deusdete Queiroga Filho
PE	Mário Cavalcanti	Titular	(81)99488-2601	mariocavalcanti@sdec.pe.gov.br	
	Marcelo Causas Asfora	Suplente	(81)3183-1002	mcastfora@apac.pe.gov.br	
RN	José Mairton Figueiredo de França	Titular	(84)3232-2410	jmairton@hotmail.com	
	Josivan Cardoso Moreno	Suplente	(84)3209-9197	josivan.cardoso@gmail.com	
	Apivaldo de Miranda Pinto	Titular	(82)3325-2244	anivaldodemirandapinto@gmail.com	
CBHSF	Valmir Pedrosa	Suplente	(31)8238-5873	vicepresidencia@cbhsaofrancisco.org.br	Valmir Pedrosa
	José Maciel Nunes de Oliveira	Suplente	(85)3195-0800	marcostorres.torres@bol.com.br	
CBHS Receptores	Marcos Maciel Torres	Titular	(85)3195-0800	marcostorres.torres@bol.com.br	
	Elias da Silva	Suplente	(87)3232-2439	eliassilva@hotmail.com	



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
CONSELHO GESTOR DO PISF

Lista de Conselheiros- 9ª Reunião Ordinária

Data: 18-07-2018

Horário: 14h às 18h

Local: Esplanada dos Ministerios, Bloco "E", 6º Andar-sala 605

Orgão	Convidado	Cargo	Telefone	E-mail	Assinatura
ANA	Christianne Dias	Diretora- Presidente	(61)2109-5441	cristiani@ana.gov.br;	
	Osca Cordeiro Neto	Diretor	(61)2109-5451	osca@ana.gov.br	
	Carlos Motta Nunes	Superintendente Adjunto	(61)2109-5361	carlos.motta@ana.gov.br	
	Flávia Barros	Superintendente de Fiscalização	(61)2109-5276	flavia.barros@ana.gov.br	
CODEVASF	Josimar Alves de Oliveira	Coordenadora de Fiscalização	(61)2109-5677	josimar.oliveira@ana.gov.br	
	Antônio Aveilino Rocha De Neiva	Presidente	(61) 2028-4660	gabinete@codevasf.gov.br	
	Elton Cruz Silva	Secretário Executivo	(61)2028-4714	elton.silva@codevasf.gov.br	
	Marco Aurélio Diniz	Diretor	(61)2028-4734	marco.aurelio@codevasf.gov.br	
CGU	Danielson Vieira de Araujo	Gerente	(61)2028-4370	danielson.araujo@codevasf.gov.br	
	Silvia Rodrigues Santos	Analista	(61)2028-4664	silvia.santos@codevasf.gov.br	
	Carlos Henrique d a Silva Marques.	Analista	(61)2028-4826	carlos.marques@codevasf.gov.br	
	André Rodrigues	Auditor	(61)2020-6971	andre.rodrigues@cgu.gov.br	
CC/PR	Jonathas Assunção Salvador Nery de Castro	Analista de Infraestrutura	(61)3411-6463	jonathas.castro@presidencia.gov.br	
	Pedro Bruno Barros de Souza	Secretário	(61)3411-6412	pedro.bruno@presidencia.gov.br	
	Zaqueu Soares Ribeiro	Assessor	(61)3411-1888	zaqueu.soares@presidencia.gov.br	

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
CONSELHO GESTOR DO PISF**



**Lista de Conselheiros- 9ª Reunião Ordinária**

Data: 18-07-2018

Horário: 14h às 18h

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco "E", 6ª Andar-sala 605

Órgão	Convidado	Cargo	Telefone	E-mail	Assinatura
MI	Mariana Prado Franceschi de Andrade	Analista de Infraestrutura	(61)2034-5676	mariana.f.andrade@integracao.gov.br	
	Elianeiva de Queiroz Viana Odisio	Coordenadora	(61)2034-5562	elianeiva.odisio@integracao.gov.br	
	Izabel Cristina Arrais	Assessora SIH	(61)2034-4351	izabel.arrais@integracao.gov.br	
COGERH	Juliana Ribeiro Silveira	Assessora SIH	(61)2034-5407	juliana.silveira@integracao.gov.br	
	Elano Joca	Diretor	(85)3195-0700	elano.joca@cogerh.gov.br	
ANF	Marcio Ribeiro	Auditor	(61)3412-1691	marcio.n.ribeiro@tesouro.gov.br	
MMA	Adriana Lustosa	Diretora	(61)2028-2125	adriana.lustosa@mma.gov.br	
MP	CRISTIANE BATTISTON	COORD-GERAL	(61)20205373	CRISTIANE.BATTISTON@FINNEJAMENTO.GOV.BR	
AVA	PATRICK THOMAS	SUP. ADJUNTO FISCAL	(61)2109-5434	patrick.thomas.gov.br	
AN/A	CÍNTIA LERAL M. DE ARAÚJO TEIXEIRA		69-2109-5224	cintia.araujo@am.gov.br	
AVA	RODRIGO FLECHA	SUPERINT.	61 21095250	rodrigo.flecha.gov.br	
MT	Claudir Costa	Analista Infra	6120344298	claudir.costa@integracao.gov.br	

